

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Júlia Teixeira Santos

RESISTÊNCIA NÃO DOMESTICADA:
RETRATOS DE REBELDIA JUNTO À ORGANIZAÇÃO DE MULHERES
NA LUTA POR MORADIA

Santa Maria, RS
2022

Júlia Teixeira Santos

RESISTÊNCIA NÃO DOMESTICADA:
RETRATOS DE REBELDIA JUNTO À ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NA LUTA
POR MORADIA

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Serviço Social, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Kologeski Fraga

Santa Maria, RS
2022

Júlia Teixeira Santos

**RESISTÊNCIA NÃO DOMESTICADA:
RETRATOS DE REBELDIA JUNTO À ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NA LUTA
POR MORADIA**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Serviço Social, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharela em Serviço Social.

Aprovado em 15 de agosto de 2022.

Cristina Kologeski Fraga, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Larissa Ramalho Pereira, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

Ainda que eu pouco saiba, o conhecimento até aqui adquirido é obra de quem me agraciou com a partilha de seu próprio suado saber, independente da forma como se apresenta ao mundo. O trabalho que segue por essas páginas nada seria sem os que antes de mim vieram e sem os que comigo estão. Por tanto, agradeço:

À família por toda a base e incentivo, não só material como emocional, por tudo o que sou e ainda serei. Desde as minhas e meus avós, Neusa, Luis, Célia e José, cuja labuta no campo e no litoral me trouxe até aqui, até minha amada mãe e meu amado pai, Fabiana e João Pedro, que por tantas passaram junto a mim.

À Lisiane, Emilly, Laura, Asmin, Amanda e Gabriela, amigadas que esta universidade trouxe para minha vida. Mulheres de mentes tão preciosas, com futuros tão brilhantes à frente, os diálogos com todas vocês foram essenciais ao longo desse percurso, seja ao compartilhar angústias ou agregar saberes.

Ao Gabriel, companheiro amado, pelo apoio cotidiano durante o processo de pesquisa e escrita que resultou neste trabalho, desde o aconchego e incentivo até a compreensão muito além do que era esperado por mim.

À Larissa, Cristina, Angela, Fabio e Jéssica, assistentes sociais com quem muito aprendi e que acreditaram em mim. Esta eterna estudante e estagiária levará vocês no lado esquerdo do peito para onde quer que vá, suas sementes plantadas brotarão com compromisso para a intervenção profissional qualificada e de sólido viés ético-político.

Às e aos camaradas da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, foram encontros e anos essenciais para um aprendizado que só poderia vir das confluências que nossa entidade estudantil possibilita. A certeza de ter colegas assistentes sociais comprometidas/os com a transformação social me enche de energias para seguir na profissão.

Às e aos camaradas do Partido Comunista Brasileiro e do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, que de norte a sul e de leste a oeste travam importantes lutas e debates, tão lúcidos e necessários para nossa batalha secular contra a opressão e a exploração de todos os povos oprimidos. Os anos de militância ao lado de vocês têm nítido reflexo nas elaborações deste trabalho.

“Voltam cansadas para os seus tugúrios as multidões que manipulam o conforto dos ricos. [...] O bonde se abarrota. De empregadinhas dos magazines. Telefonistas. Caixeirinhos. Toda a população de mais explorados, de menos explorados. Para os seus cortiços [...]

Sessão de um sindicato regional. Mulheres, homens, operários de todas as idades. Todas as cores. Todas as mentalidades. Conscientes. Inconscientes. Vendidos.

– Nós construímos palácios e moramos pior que os cachorros dos burgueses. Quando ficamos desempregados, somos tratados como vagabundos. Se só temos um banco de rua para dormir, a polícia nos prende. [...]

Na cidade, os teatros estão cheios. Os palacetes gastam nas mesas fartas. As operárias trabalham cinco anos para ganhar o preço de um vestido burguês. Precisam trabalhar a vida toda para comprar um berço.

– Isso tudo é tirado de nós. O nosso suor se transforma diariamente no champanhe que eles jogam fora!”

(PAGU, 1994, p. 26-31)

RESUMO

RESISTÊNCIA NÃO DOMESTICADA: RETRATOS DE REBELDIA JUNTO À ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NA LUTA POR MORADIA

AUTORA: Júlia Teixeira Santos

ORIENTADORA: Cristina Kologeski Fraga

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conduzido por pesquisa bibliográfica, versa sobre as relações de gênero e os movimentos sociais, no que diz respeito à ordem patriarcal de gênero e a inserção de mulheres nos movimentos de resistência e de luta por moradia. Aportado pelo método dialético-crítico, visa estudar a organização política das mulheres trabalhadoras em movimentos de luta por moradia no estado do Rio Grande do Sul, para reconhecer os impactos gerados por elas nas lutas coletivas frente a inacessibilidade de direitos. Afinal, a crise social, econômica e sanitária que irrompe com a pandemia do coronavírus em 2020, traz à tona a intensificação de expressões da questão social, entre as quais se encontra a violência de gênero, o desemprego, o racismo, a fome e a rebeldia das classes trabalhadoras. Investigar como as relações de gênero se desenvolvem e como as comunidades em ocupações urbanas se constroem política e socialmente é de grande valia para a compreensão da vida social gaúcha no tempo presente. O percurso da pesquisa compreenderá o estudo sobre a ordem patriarcal de gênero nos marcos do capitalismo, a construção histórica dos movimentos sociais e sua relação com o Serviço Social, o modo como se encontram e entrelaçam o movimento feminista e o movimento de luta por moradia, bem como o levantamento de informações acerca das lutas das mulheres trabalhadoras em solo gaúcho através de reportagens jornalísticas, publicadas no Rio Grande do Sul entre 2016 e 2021, fonte primordial de dados para esta pesquisa. Desse modo, pretende-se auxiliar na reoxigenação dos debates do Serviço Social e áreas afins, além de apontar possíveis maneiras para contribuir para o fortalecimento da organização de mulheres.

Palavras-chave: Gênero. Moradia. Movimentos Sociais. Serviço Social.

ABSTRACT

UNTAMED RESISTANCE: PORTRAITS OF REBELLION ALONG WOMEN'S ORGANIZATION IN STRUGGLE FOR HABITATION

AUTHOR: Júlia Teixeira Santos
ADVISOR: Cristina Kologeski Fraga

Conducted through bibliographic research, the present Final Course Assignment articulates about gender relations and social movements, concerning the patriarchal gender order and women's insertion in resistance movements and social movements for habitation. Grounded on the dialectical-critical method, it aims to study working women's political organization in social movements for habitation in the state of Rio Grande do Sul, recognizing their impact in the collective struggles when facing rights' inaccessibility. After all, the social, economic and health crisis that erupted with the coronavirus pandemic in 2020 unfolded an intensification of social issues' expressions, among which are gender violence, unemployment, racism, hunger and working class uprising. Investigating how gender relations develop and how urban occupations' communities are politically and socially constructed is valuable to understand social life in Rio Grande do Sul at the present time. Research course will consist in studying the patriarchal gender order within capitalism's framework, the social movements' historical construction and their relationship with Social Work, the ways in which the feminist movement and social movements for habitation meet and intertwine, as well as data collection about working women's struggles in gaúcho territory through journalistic reports published in Rio Grande do Sul between 2016 and 2021, the primary data sources for this research. Thereby, it is intended to aid on the re-oxygenation of debates in Social Work and its related areas, also pointing out possible ways to contribute to women's organization strengthening.

Keywords: Gender. Habitation. Social Movements. Social Work.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	METODOLOGIA	12
3	A FLOR DO BEM-ESTAR SE REGA COM O SUOR DA ESCRAVIDÃO: REFLEXÃO ACERCA DO SISTEMA PATRIARCAL-RACISTA-CAPITALISTA E A OPRESSÃO DAS MULHERES	18
3.1	SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	18
3.2	AS RELAÇÕES PATRIARCAIS E RACISTAS CIRCUNSCRITAS NO CAPITALISMO DEPENDENTE	22
3.3	SUSTENTÁCULOS DA VELHA ORDEM: OFENSIVA NEOLIBERAL E REACIONÁRIA	25
4	PARA HONRAR QUEM LENHA PRA TUA FORNALHA FOI, LENHA PRA TUA FOGUEIRA EU SEREI: RESGATE DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA RELAÇÃO SIMBIÓTICA COM O SERVIÇO SOCIAL	29
4.1	DETERMINAÇÕES DA LUTA DE CLASSES	29
4.2	FORMAÇÃO DA RESISTÊNCIA E CONTRAOFENSIVAS DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA	31
4.3	IMPACTO DAS LUTAS SOCIAIS NO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	34
5	MÁXIMO RESPEITO A QUEM NÃO SE CALA, SEM MEDO DE VALA: APONTAMENTOS DA SOBREPOSIÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS FEMINISTA E DE LUTA POR MORADIA	38
5.1	EXPOSIÇÃO DO PROBLEMA DE MORADIA NO BRASIL	39
5.2	PROTAGONISMO FEMININO NO MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA	42
5.3	INACESSIBILIDADE AOS DIREITOS SOCIAIS E REPRESSÃO	45
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Em um dos períodos de maior crise social e econômica da história recente do Brasil, em que o neoliberalismo se acirra e intensifica a focalização das políticas sociais, as mulheres trabalhadoras estão entre o segmento da população mais atingido pela fome, desemprego e violência¹. A pandemia do COVID-19 revelou a profundidade das expressões da questão social, como estão implicadas no sistema capitalista e como permitem a manutenção do status quo, a exemplo do aumento em 44% no número de bilionários brasileiro, cuja riqueza conjunta quase chegou ao dobro em 2021², enquanto que, contraditoriamente, a insegurança alimentar atingiu 58,7% entre o final de 2021 e início de 2022³.

Mesmo com o avanço da vacinação contra o novo vírus e do processo de recuperação da economia brasileira⁴, constata-se que não há melhora no cenário da desigualdade social – inclusive, o rendimento médio mensal das famílias brasileiras caiu, apesar da diminuição das taxas de desemprego⁵.

Os retrocessos na sociedade brasileira são vários, desde 2019 o governo e os ministérios são compostos por quem despreza a existência e a autonomia das mulheres, tanto em declarações públicas como em decisões políticas, o que ocasionou no Ministério Público Federal de São Paulo mover um processo por danos morais contra a União⁶. No entanto, a luta de classes não tem intervalos – em resposta às ofensivas antipopulares, as mobilizações da classe trabalhadora podem ser observadas nos mais diversos espaços. Entre estes, encontram-se nas ocupações urbanas, mulheres que enfrentam a carestia e, em sua resistência cotidiana, colocam-se contra o sistema patriarcal-racista-capitalista.

¹ Conforme pesquisa divulgada pela SempreViva Organização Feminista (SOF) em 2020. Disponível em: http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemPara.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

² Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/quem-sao-os-brasileiros-no-ranking-dos-bilionarios-do-mundo-2021/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

³ Segundo dados divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) em 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/economia-segue-em-recuperacao-com-crescimento-robusto-diz-secretaria>. Acesso em: 13 jun. 2022.

⁵ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2022/06/desigualdade-cresce-rendimento-cai/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/a-misoginia-do-governo-bolsonaro-vai-parar-na-justica.html>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Portanto, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social visa se debruçar sobre as relações de gênero e os movimentos de resistência, em busca de apurar quais os impactos gerados e os desafios enfrentados pela organização das mulheres trabalhadoras do movimento de luta por moradia, frente ao contexto de inacessibilidade de direitos. Para tal, será necessário estudar a organização das mulheres trabalhadoras em ocupações urbanas no Rio Grande do Sul, a fim de reconhecer os impactos gerados por elas nas lutas coletivas em tempos de agravamento da política neoliberal.

Medidas como a Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita os gastos públicos – inclusive com educação, saúde e proteção social – por vinte anos, exemplifica como o recrudescimento do neoliberalismo abala as perspectivas de acesso universal aos direitos sociais; além de movimentações de caráter espúrio em verba do Ministério da Cidadania (MDS), destinada a combater os efeitos da crise nos lares de famílias em situação de vulnerabilidade social⁷, o que somatiza no descaso intencional com a questão social.

A luta das mulheres, nos últimos anos, tem ocupado um papel central nas mobilizações sociais e políticas no Brasil e no mundo, de tal forma que a consciência social avança, ainda que timidamente e por limitações do próprio tempo, no sentido do combate a práticas cotidianas sexistas, tal como na busca por transformação social. No entanto, a opressão e a exploração das mulheres têm raízes muito mais profundas do que as convenções do senso comum.

Dessa forma, colocar uma lupa sobre as movimentações de mulheres trabalhadoras – a resistência não domesticada, que inspirou o título deste TCC e que é cantada por Brisa Flow – que ocorrem fora dos centros urbanos e longe dos holofotes midiáticos, é de suma importância para vislumbrar as diversas formas que o movimento feminista opera, como se insere na luta de classes e como atua para a transformação da realidade. Registrar a história em movimento, bem como os processos de luta da classe trabalhadora, é necessário para enfrentar a história oficial, escrita pelas classes dominantes, que apaga as manifestações de rebeldia contra a opressão (FORDE; PINTO, 2013).

Assim, alguns passos serão dados em vista de cumprir com este estudo, constituintes de sua relevância científica para o Serviço Social, como compreender o

⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/governo-bolsonaro-planeja-mais-r-12-bi-para-trator-e-ignora-fila-de-familias-carentes.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2022.

desenvolvimento das relações de gênero no âmbito do capitalismo através do estudo de bibliografia específica, no sentido de abarcar a realidade social das mulheres trabalhadoras em sua totalidade. Como aponta Saffioti (2013), ainda que a marginalização de mulheres, principalmente negras, amarelas e indígenas, esteja visível aos olhos, faz-se necessário buscar nos primórdios das relações de produção capitalistas a explicação da escolha por gênero e raça para a hierarquização dos membros desta sociedade; sendo esta escolha submetida às necessidades do sistema produtivo. A existência de uma manutenção da desigualdade social e econômica referida, indica a indissociabilidade das opressões de gênero e raça ao modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção (SAFFIOTI, 2013).

Ainda, cabe analisar a construção histórica dos movimentos de luta e resistência, bem como a sua interlocução com o Serviço Social, o que será concretizado por meio de revisão bibliográfica referente aos assuntos. A formação de tais movimentos é aqui compreendida como expressão do enfrentamento entre as classes sociais, a partir da emergente questão social, conduzida pelo projeto societário das trabalhadoras e dos trabalhadores ao constituir consciência política e reivindicação por direitos sociais (PEREIRA, 2014).

Sendo o Serviço Social responsável por intervenções nas relações sociais cotidianas, que manifestam as expressões da questão social, Duriguetto (2014) explicita as possibilidades de ultrapassar a individualização do acesso às políticas públicas sucateadas que reforçam o espaço da subalternidade, pois se coloca como um desafio da intervenção profissional fortalecer as formas de resistência presentes e/ou silenciadas, a fim de construir junto aos sujeitos atendidos a busca por estratégias coletivas frente às suas necessidades.

Desta maneira, a reflexão proposta deverá escoar no sentido de evidenciar como se entrelaçam o movimento feminista e o movimento de luta por moradia, inclusive na recente conjuntura do Brasil, caracterizada por investida política “neoliberal-reacionária”⁸ e por inacessibilidade de direitos. Indica-se que, ao se colocarem em movimento, as mulheres trabalhadoras promovem o combate ao

⁸ Entende-se que as diretrizes econômicas aplicadas no governo Bolsonaro aprofundam o neoliberalismo, com o avanço de privatizações, flexibilização e precarização do trabalho, cortes no investimento social, favorecimento dos setores financeiros; enquanto suas manifestações e empreendimentos políticos tem cunho autoritário e reacionário, em evidente busca por manutenção da ordem social exploratória vigente e em processo de fascistização do Estado brasileiro.

sistema patriarcal-racista-capitalista e suas relações de opressão e exploração também dentro da própria classe, uma contribuição fundamental para a transformação social (CISNE, 2018).

Com essa consideração, atenta-se que são ínfimos os recursos destinados à saúde e à assistência social durante a pandemia do coronavírus, enquanto o setor financeiro, como bancos e empresários, é favorecido pelo regime extraordinário fiscal da EC nº 106/2020 (BEHRING; BOSCHETTI, 2021); os confrontos entre exploradores e exploradas/os são candentes e, assim sendo, cabe refletir sobre as estratégias de mobilização e resistência traçadas no encontro dos movimentos aqui destacados.

Desse modo, investigar como as relações de gênero se desenvolvem e como as comunidades se constroem política e socialmente é de grande valia para a compreensão da vida social no tempo presente. Ainda, o projeto profissional hegemônico do Serviço Social é sustentado por aquelas e aqueles que o colocam em prática no cotidiano, como também pela necessária reoxigenação de seu embasamento teórico, produzido na academia. Então, aspira-se agregar para a reoxigenação dos debates do Serviço Social e áreas afins como História, Ciências Sociais, Psicologia, entre outras áreas envolvidas nessas discussões.

Isto posto, o estudo seguirá, a partir daqui, neste curso: exposição da metodologia; reflexão acerca do sistema patriarcal-racista-capitalista e a opressão das mulheres; resgate da construção histórica dos movimentos sociais e sua relação simbiótica com o Serviço Social; apontamentos da sobreposição entre os movimentos feminista e de luta por moradia; e considerações finais com as indicações reflexivas afloradas na pesquisa em questão. Tal percurso permitirá então retratar a resistência não domesticada das mulheres que ousam lutar por transformação social.

2 METODOLOGIA

*Como se o tempo se abrisse
Na palma da mão
E um arco bordado de fogo
No céu costurou lado a lado
Os elos da eterna cadeia
Presente, futuro e passado
El Efecto, Café.*

Em termos de metodologia, essa pesquisa é tipificada enquanto quanti-qualitativa. Visto que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos [...] se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p. 22), busca-se trazer dados que mensuram o contexto apresentado por meio de levantamento bibliográfico. O espaço-tempo definido se refere ao estado do Rio Grande do Sul de 2016 a 2021, por se tratar do período em que foram publicadas as reportagens selecionadas para a análise, relacionadas a ocupações urbanas e ao protagonismo de mulheres.

A partir da compreensão de que “para cada uma [das questões norteadoras é necessário] explicitar os tipos de fontes que servirão à sua verificação” (CARDOSO, 2017, p. 4), a natureza desta pesquisa é bibliográfica, ou seja, abrange a bibliografia já tornada pública acerca do tema de estudo e tem por finalidade que o pesquisador entre em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (LAKATOS; MARCONI, 2003). Sendo os objetivos específicos fundamentalmente voltados à pesquisa bibliográfica, serão utilizados enquanto fonte materiais publicados em meio escrito ou eletrônico, como artigos científicos, dissertações, livros e reportagens, estas enquanto fonte primordial de dados.

Os jornais digitais responsáveis pelas publicações das reportagens, que, portanto, contribuíram para a realização da pesquisa, foram: Extra Classe, Brasil de Fato, Sul21, Humanista, Gaúcha Zero Hora e Gritos do Silêncio, bem como o portal de notícias da Seção Sindical dos Docentes da UFSM (SEDUFSM). Segue abaixo o quadro com o referencial das reportagens e a respectiva numeração, que será utilizada para facilitar a citação ao longo do trabalho:

Quadro 1 – Sistematização das reportagens selecionadas com seus respectivos números

REPORTAGEM	NÚMERO
ILHA, Flávio. Déficit de moradias na Capital atinge quase meio milhão. Extra Classe , Porto Alegre, 15 fev. 2016.	1
FERREIRA, Marcelo. A vida entre sonho e o despejo nas ocupações urbanas. Brasil de Fato , Porto Alegre, 4 out. 2018.	2
REINHOLZ, Fabiana. “A Ocupação Baronesa resiste e a chama não vai se apagar”, diz Alice. Brasil de Fato , Porto Alegre, 29 jul. 2019.	3
CRUZ, Luana. Existir é Resistir: Dois anos de Ocupação Mirabal. Humanista , Porto Alegre, 13 dez. 2018.	4
WEISSHEIMER, Marco. Com mais de 50 ocupações, Passo Fundo vive um dos maiores conflitos fundiários urbanos do RS. Sul21 , Porto Alegre, 2 jul. 2017.	5
TIDRA, Caroline. Na produção de pães, grupo de mulheres de ocupação de São Leopoldo encontra apoio e renda. Gaúcha Zero Hora , Porto Alegre, 3 mar. 2021.	6
NUNES, Fritz. Memórias da ocupação que resultou no bairro Nova Santa Marta. SEDUFMS , Santa Maria, 6 dez. 2021.	7
APPELT, Chaiane. “A gente só quer um lugar pra morar”. Gritos do Silêncio , Santa Maria, 5 mai. 2017.	8

Fonte: elaboração própria (2022).

Assim, é conveniente ponderar acerca de reportagens na qualidade de fonte de dados, o que compreende ressaltar seu impacto social. Uma vez que as informações e formações de narrativas midiáticas são assimiladas por indivíduos em seu cotidiano, de modo a compor as narrativas de suas próprias vidas – papel também desempenhado por instituições sociais, família, escola, entre outras –, têm relevância para analisar como os sujeitos “constroem o universo e como se veem inseridos nele” (GONÇALVES et al, 2015, p. 227).

Compete ainda diferenciar notícias de reportagens, estas se distinguem em conteúdo, extensão e profundidade (MARTINS FILHO, 1997), não se referem a cobertura de fatos e sim “do levantamento de um assunto de acordo com ângulo preestabelecido” (LAGE, 2005, p. 46-47). A exemplo: noticia-se a inflação no preço dos combustíveis e alimentos, ao passo em que são redigidas reportagens sobre a

crise econômica, política e social, sobre o resultado de conflitos armados na economia global, sobre os impactos da estiagem, sobre o aumento da insegurança alimentar, entre outras.

E mais,

A notícia, de modo geral, descreve os fatos e, no máximo, seus efeitos e consequências. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma sequência (sic) investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. Abre o debate sobre o acontecimento, desdobra-o em seus aspectos mais importantes e divide-o, quando se justifica, em retrancas diferentes que poderão ser agrupadas em uma ou mais páginas (MARTINS FILHO, 1997, p. 254).

Em vista do exposto, considera-se as reportagens enquanto uma valiosa fonte de pesquisa, pois é um gênero jornalístico que permite o aprofundamento na análise da realidade social e a apreensão de seus movimentos; assim como na pesquisa e no próprio Serviço Social, a dimensão investigativa é intrínseca a ela.

No que tange ao processo de análise de dados, interessa para esse estudo a análise de conteúdo, relativa às reportagens selecionadas, que se trata de “uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis” (MORAES, 1999, p. 9). Deve-se debruçar sobre a categorização durante a pesquisa, a qual Moraes (1999) define ser um procedimento de agrupamento de dados, ao se considerar a parte em comum existente entre esses. Ainda, é necessário realizar o exercício de interpretação desses dados, que

Liga-se ao movimento de procura de compreensão. Toda leitura de um texto constitui-se numa interpretação. Entretanto, o analista de conteúdo exercita com maior profundidade este esforço de interpretação e o faz não só sobre conteúdos manifestos pelos autores, como também sobre os latentes, sejam eles ocultados consciente ou inconscientemente pelos autores (Ibidem, p. 14).

A perspectiva teórico-metodológica da pesquisa será alicerçada no método dialético-crítico, pois se partilha da interpretação de Prates, de que este “consiste, antes de tudo, em ver a vida como movimento permanente, como processo e provisoriedade, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais” (PRATES, 2012, p. 118). Como o presente objetivo guia é referente ao

impacto das lutas sociais frente o contexto atual, trata-se justamente do interesse em investigar o movimento da realidade. É definido por Minayo (1994) que a abordagem dialética combina a análise do contexto histórico, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e a compreensão das representações sociais. A autora continua a pontuar que a dialética valoriza as quantidades e a qualidade, trabalha com as contradições intrínsecas às ações humanas e com o movimento contínuo entre a parte e a totalidade (MINAYO, 1994).

Para Marx, como explicado por Netto (2009), o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto em sua existência real e efetiva, livre de fantasias do pesquisador, e a teoria é a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito, através da teoria se reproduz a estrutura e a dinâmica do objeto em pensamento. E o ideal é definido pelo filósofo alemão como sendo “nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 1996, I, 1, p. 150), logo a teoria é o movimento real do objeto que foi transposto para o pensamento e o objetivo do pesquisador, para além da aparência imediata, deve ser apreender a essência (a estrutura e a dinâmica) do objeto por meio de procedimentos analíticos e operar sua síntese para reproduzi-la em pensamento.

No entanto, a formulação teórica não é um processo mecânico, pois o pesquisador é agente ativo e deve exercitar o conhecimento, a crítica e a criatividade, inclusive através de instrumentos e técnicas de pesquisa que vão da análise documental à observação e quantificação, entre outros; quando a investigação é então concluída são apresentados, expositivamente, os resultados (NETTO, 2009). Ainda, para Marx o método desenvolvido não estava alheio ou poderia ser separado de sua teoria social, não se trata de um método sobre “como conhecer” e sim “como conhecer um objeto real e determinado” (Ibidem, p. 673), em outras palavras se trata da “análise concreta de uma situação concreta” (LENIN, [192-] apud NETTO, 2009, p. 673). Os pressupostos advêm de “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87), portanto não se parte do que é dito, imaginado ou representado e sim do processo de vida real, pois “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Ibidem, p. 94).

Outra ideia fundamental é a de que o ser social “é processo, movimento, que se dinamiza por contradições, cuja superação o conduz a patamares de crescente

complexidade e novas contradições impulsionam a outras superações” (NETTO, 2009, p. 674-675), logo se percebe o mundo como um conjunto de processos sujeito a transformações. Também é importante a seguinte exposição retirada da obra marxiana: a sociedade é definida como produto da ação recíproca da humanidade e a forma social não pode ser livremente escolhida, o desenvolvimento da capacidade produtiva corresponde a forma de comércio e de consumo de uma época, assim as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas desenvolvidas pela humanidade, ao adquirir novas forças produtivas transforma-se o modo de produção, que por sua vez transforma as relações sociais e condiciona a vida (Ibidem). Em outras palavras, como a banda El Efecto apresenta em seus versos, contempla-se como estão costurados o presente, futuro e passado, elos desta eterna cadeia em que se desenvolvem as sociedades humanas.

Logo, a historicidade, enquanto categoria teórica-metodológica, refere-se justamente à indissociabilidade da análise do real e dos movimentos da sociedade que o antecedem e o constroem. Ainda, Netto (2009) trata da articulação de outras três categorias nucleares do marxismo: totalidade, contradição e mediação. A sociedade burguesa é uma totalidade concreta, constituída por totalidades de menor complexidade ou um complexo constituído por complexos – pois não é amorfa –, que é também dinâmica em razão de seu movimento, parte do caráter contraditório de todas as totalidades – pois não são inertes. Tornam-se fundamentais as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades de menor complexidade, bem como dessas e da totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa, relações essas que são mediadas pela complexidade e estrutura de cada totalidade – pois não são indiferenciadas.

Destaca-se neste estudo a articulação entre razão e sensibilidade, embasada pelo método dialético-crítico, ao se valer da poesia como elemento complementar para a exposição e o entendimento da realidade e das relações sociais em foco, pois a arte “expressa valores e concepções históricas, modos de vida, sentidos e significados atribuídos aos fenômenos pelos sujeitos que os vivenciam e interpretam” (PRATES, 2014). Como evidencia a autora, materializam-se na arte as objetivações dos sujeitos, de maneira que se possibilita a apreensão destas pela razão e sensibilidade do outro (Ibidem), o que conduz para a importância da ampliação de expressões artísticas que se rebelam contra a ordem dominante e demarcam os interesses da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, optou-se por

recorrer às obras de Pagu, Brisa Flow e El Efecto para ilustrar e traçar paralelos com o conteúdo da pesquisa, sendo estes artistas comprometidos com a luta por justiça social.

Enfim, o retorno social desse trabalho, de modo a apresentá-lo para a sociedade, deve ser concretizado através da produção e submissão de artigo para publicação em revista científica, voltada para a comunidade acadêmica, bem como pela submissão para publicação em jornal do município, em coluna destinada a leitoras e leitores, e de uma exposição oral do conteúdo para aquelas pessoas que contribuíram para a existência da pesquisa.

3 A FLOR DO BEM-ESTAR SE REGA COM O SUOR DA ESCRAVIDÃO: REFLEXÃO ACERCA DO SISTEMA PATRIARCAL-RACISTA-CAPITALISTA E A OPRESSÃO DAS MULHERES

No direcionamento deste estudo, as conceituações teóricas a serem instrumentalizadas são relativas à exploração das classes trabalhadora no modo de produção capitalista, à contextualização das categorias de raça/etnia e gênero, à conjuntura de crise social e econômica no Brasil e, finalmente, às movimentações de resistência das classes de oprimidas/os. Para ilustrar o que será tratado no presente capítulo, recorre-se ao verso de *El Efecto* na composição *Café*, que ressalta como a riqueza se sustenta com a miséria e a exploração de outrem. Assim, as elaborações que dão o tom inicial do escrito giram em torno do trabalho e seus desdobramentos nos limites do capitalismo.

3.1 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

*Começa como dádiva, mas logo vira dívida
Se sobrevive a dívida
Algo segue te dizendo que você valia mais [...]
Pois é, a verdade é indigesta
Quem sustenta essa festa é o suor da tua testa
Até quando suportar? Sustentar essa grande mentira
Pois é, de tudo que eu faço
Não me sobra pedaço e ainda sigo no compasso
El Efecto, O Drama da Humana Manada.*

A vida social como hoje é experienciada, desde as maternidades em que se nasce, as plantações que fornecem o alimento diário e os centros comerciais que disponibilizam mercadorias para compra, não existiria sem os braços que erguem as paredes do hospital, aram a terra para o plantio e operam as máquinas nas fábricas tantas. Assim, deve-se atentar para o elemento fundamental que permite a construção da humanidade – o trabalho. *El Efecto*, em *O Drama da Humana Manada*, convida a refletir acerca da exploração do capital sobre o trabalho, uma verdade indigesta a quem sustenta a festa dos ricos com seu trabalho suado e para quem não sobra nenhum pedaço do que é produzido.

Como determina Marx (1996), o trabalho é primordialmente caracterizado pela ação de seres humanos sobre a natureza, cujo fim é apropriar-se desta de forma útil à sua vida e modificá-la, sendo também transformada a própria natureza humana, de modo que é desenvolvida a sua respectiva potencialidade e que as forças – cérebro, músculos, nervos e mãos – despendidas neste processo produtivo estão sujeitas a si. Logo, para além de mera ação, o trabalho é um processo que objetiva resultados já idealizados, que exige “a vontade orientada a um fim” (MARX, 1996, I, 1, p. 298). Ainda, Saffioti (2014) descreve o trabalho como o caminho para desvendar a verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na sociedade capitalista e das relações entre estas e com a totalidade social em que se inserem, justificativa para a centralidade do conceito na investigação em andamento.

À vista disso, sendo a força de trabalho humana entendida como “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade” (MARX, 1996, I, 1, p. 285), implica-se, movimenta-se e despende-se no processo produtivo descrito. Na sociedade de classes regida pela apropriação privada dos meios de produção, em que a troca de mercadorias é aspecto constitutivo da economia vigente, as classes trabalhadoras são aquelas que dispõem somente de sua própria força de trabalho para adentrar nas relações econômicas e assim garantir sua subsistência. Por outro lado, os capitalistas, possuidores dos meios de produção – entende-se aqui matérias-primas, instrumentos de trabalho, entre outros –, adquirem a força de trabalho mediante compra, com o intuito de, no processo de produção de mercadorias, extrair mais-valia⁹. De tal maneira se arranja o contrato de trabalho que, como cantado por El Efecto, começa como dádiva concedida a este sujeito trabalhador, logo vira dívida com a extração da mais-valia e, em seguida, dívida de que deveria receber mais pelo trabalho que realiza.

Isso porque tal extração é obtida através da exploração da força de trabalho, ou a taxa de mais-valia está expressa no mesmo grau que a força de trabalho é explorada. De maneira simplificada, a jornada de trabalho é composta 1) pelo tempo necessário para a produção de valor equivalente ao investimento do capitalista na força de trabalho; e 2) pelo tempo para produção excedente de valor ou do

⁹ Trata-se da valorização do capital, este descrito no movimento de “transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. [...] A circulação do dinheiro como capital é [...] uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável” (MARX, 1996, I, 1, p. 268-272).

sobretalho. A mais-valia, portanto, resulta das mercadorias produzidas através do trabalho não-pago. Em face disto, a exploração do trabalho é acentuada ainda mais com o crescimento da “superpopulação relativa”, pois há uma força excedente de trabalho¹⁰ que é manejada de modo “a intensificar ainda mais a ampliação dos níveis de exploração e a consequente precarização da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2018, p. 65).

Logo, o autor denomina este excedente como um novo contingente do proletariado na sociedade contemporânea, que tem por características estar

Largamente vinculado aos serviços, [...] um traço geracional marcante (juventude) e cujas relações de trabalho estão mais próximas da informalidade, do trabalho por tempo determinado, dos terceirizados e intermitentes, modalidades que não param de se expandir (Ibidem, 68).

Considerando que as relações sociais estão emaranhadas em uma estrutura produtiva, visto que seus atores agem de acordo com interesses econômicos (BAMBIRRA, 2013), é relevante compreender o capitalismo dependente da América Latina, território em que estão postas as relações sociais de interesse deste estudo. Assim, define-se que “a dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida” (SANTOS, 1970 apud BAMBIRRA, 2013, p. 38). De maneira simultânea e contraditória, a reprodução do capital é sentenciada à ação do capital internacional associado aos sócios nacionais, em oposição aos interesses nacionais (PAIVA; CARRARO; SEK, 2018).

Ao realizar um estudo histórico-estrutural de sociedades da América Latina, Bambirra (2013) expõe que a transformação no processo produtivo das sociedades dependentes ocorre a fim de atender às demandas de expansão do capitalismo mundial, ao passo em que algumas destas sociedades adquirem uma dinâmica própria em sua estrutura interna, como no caso do processo de industrialização ao fim do século XIX e início do século XX. Como no sistema capitalista mundial a função produtiva dos países periféricos já está definida como de exportadores de

¹⁰ “À medida que se implementam inovações técnicas poupadoras de mão-de-obra, [...] contingentes de operários são lançados no desemprego [...] até quando a própria acumulação do capital requeira maior quantidade de força de trabalho. [...] O exército industrial de reserva funciona como regulador do nível geral de salários, impedindo que se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e de preferência, situando-o abaixo desse valor” (MARX, 1996, I, 1, p. 41-42).

produtos primários, a indústria está atrelada ao setor exportador e, ao passo em que o subordina, este é condição de sua existência e expansão (BAMBIRRA, 2013).

À medida em que o capitalismo mundial tem mudanças em seu funcionamento, relativas ao processo de monopolização da indústria após os anos 1940, as relações econômicas internacionais adquirem um novo caráter. Sinaliza-se que há uma articulação entre as potências capitalistas mais influentes, na intenção de controle dos mercados, de maneira que se diminui a concorrência e aumentam os lucros (PAIVA; CARRARO; SEK, 2018). Para Bambirra (2013) a burguesia dependente constituída conforma-se com seu papel de associação e subordinação ao capital estrangeiro, pois não podem questioná-lo sem questionar sua própria existência enquanto classe.

Nesse sentido, Marini (2000) defende que há uma superexploração da força de trabalho, estabelecida para compensar a perda de capital da burguesia dependente devido às relações econômicas desiguais entre os países periféricos e os países centrais do capitalismo. A superexploração no capitalismo dependente é, então, firmada 1) com a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor real; 2) com a negação de condições necessárias para repor o desgaste da força de trabalho, pois obriga um dispêndio maior do que deveria proporcionar normalmente, o que provoca o esgotamento prematuro desta força produtiva; e 3) com a redução do consumo de trabalhadoras e trabalhadores além de seu limite normal, sendo o fundo de capital necessário para a compra da força de trabalho¹¹ convertido em fundo de acumulação do capital, aumenta-se assim o tempo do sobretrabalho (MARINI, 2000).

Portanto, o território latino-americano desempenha um papel dual no enredo do mercado capitalista mundial, pois transforma as relações sociais dos países centrais com a exportação de alimentos que mantém o nível de salários da classe trabalhadora destes países, enquanto compensa as relações econômicas desiguais com os países centrais através da superexploração da força de trabalho latino-americana (PAIVA et al, 2019). Com essa perspectiva acerca das relações de produção do capital, com foco na exploração da força de trabalho, encaminha-se para a observação de fatores sociais, intrínsecos ao capitalismo, que estão

¹¹ Aqui refere-se ao salário das classes trabalhadoras, definido a partir dos gastos necessários para que a força de trabalho seja produzida e reproduzida, ou seja, do consumo de itens básicos de subsistência por parte de trabalhadoras e trabalhadores (MARX, 1996, I, 1).

dimensionados nesse processo de aviltamento das classes trabalhadoras. Por se tratar do capitalismo dependente na América Latina, é preciso reaver as particularidades histórico-estruturais deste território, entre as quais têm-se como foco a ordem patriarcal de gênero e o racismo.

3.2 AS RELAÇÕES PATRIARCAIS E RACISTAS CIRCUNSCRITAS NO CAPITALISMO DEPENDENTE

*Olhai por nós, madres, nesse mundo de opressão
Eu peço direção pra ir na contramão, mas nunca a sós [...]
Veja a estatística: nos dão porrada
E não nos querem na política
Cê sacou que a causa é legítima
Quando percebe que todas nós já fomos vítimas
Brisa Flow, Maria Bonita.*

Ao definir a sociedade contemporânea enquanto parte de um *sistema patriarcal-racista-capitalista*, busca-se evidenciar categorias históricas herdadas de modos de produção passados que persistem, a fim da manutenção do atual modo de produção, expressas de forma mais aparente em desigualdades sociais. Assim, as categorias de raça/etnia e gênero são operadas no interior da estrutura social e produtiva, segundo as necessidades do capital e assumem diferentes formas de acordo com o estágio de desenvolvimento social, sendo mecanismos úteis para o abrandamento de tensões e de conservação da estrutura de classes (SAFFIOTI, 2013). Em Maria Bonita, Brisa Flow destaca o mundo de opressão em que vivem as mulheres, submetidas à violência física, negadas ao espaço político e vitimizadas pelas relações patriarcais; o movimento feminista, a causa legítima, requer de coletividade para que as mulheres continuem na contramão do patriarcado.

Como Gonzalez (2020) aponta, a colonização do território hoje conhecido como América Latina por parte das sociedades ibéricas, tornaram as sociedades latino-americanas herdeiras históricas de ideologias de classificação social através de raça/etnia e gênero, tal como de sua burocracia, de forma que estas sociedades herdeiras se caracterizam como hierárquicas. O desenvolvimento do capitalismo, em si, não significa um acesso igualitário de consumo por parte de toda a população, portanto, Saffioti (2013) faz a indicação de que o desenvolvimento do Brasil ocorre

de maneira a conservar a marginalização de certos setores populacionais frente às vantagens que tal desenvolvimento proporciona ao restante da população.

Sendo a ordem patriarcal de gênero referente a "relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres" (CISNE, 2018, p. 88), considera-se aqui as contribuições de Engels (1979 apud CISNE, 2018), no sentido de que o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia coincide com a primeira opressão de classe. Como o sistema familiar naturaliza e impõe à mulher o papel de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos (SAFFIOTI, 2013) e a hierarquização de gênero se expressa em desigualdades em carreiras, qualificações e salários, bem como em mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres (CISNE, 2018), elucida-se a divisão sexual do trabalho que conforma "a garantia da reprodução social da força de trabalho e da exploração do "trabalho desvalorizado" das mulheres, indispensáveis à lógica de acumulação capitalista" (Ibidem, p. 91).

Ainda, tratar sobre a divisão sexual do trabalho preconiza a articulação com a correspondente ao nível racial, para não reforçar a armadilha do "racionalismo universal abstrato" que insinua a homogeneidade do segmento de mulheres (GONZALEZ, 2020). O caráter histórico das relações étnico-raciais – compreendendo que brancos também são sujeitos racializados – remonta à colonização de povos europeus sobre os territórios da América, sendo esse um processo violento de mutilação e estrangulação cultural, que alocou os povos originários e os povos negros africanos a uma divisão do trabalho hierarquizada, com o estabelecimento da escravidão e servidão (MOURA, 2020). Assim, debruçar-se sobre a questão social no Brasil exige levar em consideração

O sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado, os elementos de controle social e repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador e a ideologia justificatória que essa estrutura de dominação produziu (Ibidem, p. 179).

Desse modo, Gonzalez (2020, p. 143) afirma que na América Latina "o racismo é sofisticado o suficiente para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas" devido à ideologia do branqueamento, com a invenção da superioridade branca as identidades étnicas são violentadas ao se condicionarem a negação da própria raça e cultura, pois é

internalizado pelo povo negro e indígena o desejo de se tornar branco. Dentro das desigualdades raciais, a desigualdade de gênero está inscrita e articulada (Ibidem), é importante evidenciar que as mulheres escravizadas sofriam com uma exploração de duplo caráter

Porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. [...] Quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

No caso das mulheres dos povos originários, com formas de vidas e demandas diversas tal qual suas etnias, é imprescindível tratar de sua relação inseparável com o território – condição necessária à existência e base para a reprodução social dos povos indígenas –, pois é com a espoliação do território em vistas da expansão capitalista, combinada com a destituição de direitos, que estão conformadas a exploração e opressão à qual essas mulheres são submetidas (CHAVES, 2021). Para além disso, Potiguara (2018) elucida que com o deslocamento dos povos indígenas de suas áreas tradicionais, devido ao processo de espoliação, são especialmente as mulheres que sofrem com baixa remuneração ou mesmo situação análoga à escravidão enquanto trabalhadoras domésticas e operárias, sendo também vítimas da exploração sexual e, conseqüentemente, agressão física.

Em vista disso, há uma dupla discriminação de mulheres não-brancas – negras e indígenas (GONZALEZ, 2020) –, o que permite visualizar a divisão sexual e étnico-racial do trabalho. Evidente que, em terras de capitalismo dependente, esta tríade de opressões "enoveladas ou enlaçadas em um nó" (SAFFIOTI, 2004, p. 125) – classe, raça/etnia e gênero – são potencializadas no processo de superexploração da força de trabalho, a fim de maiores ganhos para os capitalistas. Foi indicado que no Brasil, durante o 2º trimestre de 2020, a renda da população indígena caiu em 28,7%, de negros diminuiu em 21,6% e de brancos caiu em 20,1%¹²; ainda, o rendimento médio mensal das mulheres negras ficou 54,6% abaixo do rendimento de homens brancos, enquanto das mulheres brancas ficou 23,7% abaixo dos

¹² Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/10/14/pandemia-indigenas-mercado-trabalho.htm>. Acesso em: 6 set. 2021.

homens brancos¹³. Portanto, o contingente populacional submetido ao trabalho informal e precarizado e, por consequência, em vulnerabilidade e risco social, ainda que diverso em cultura e características, é de maioria de mulheres negras e indígenas (GONZALEZ, 2020).

Isto posto, conduz-se este trabalho para a ordenação das teias conjunturais do tempo presente, tecidas de acordo com os movimentos de produção e reprodução do capital.

3.3 SUSTENTÁCULOS DA VELHA ORDEM: OFENSIVA NEOLIBERAL E REACIONÁRIA

*Nada é por acaso, não existem coincidências
Algo em outro plano une as nossas consciências
A cada passo, a cada gesto, em todo paradeiro
Age uma força maior
Dinheiro!
El Efecto, O Monge e o Executivo.*

Em tempos de ofensiva neoliberal e reacionária no Brasil, é importante observar que as movimentações políticas das classes dominantes, no sentido de superação da crise econômica e social, não são uma novidade. Como El Efecto elucidada, seus passos e gestos não são mesmo por acaso – afinal, estão unidas em torno de uma força maior, o dinheiro. Dardot e Laval (2016) explicam que, com vistas a superar problemas econômicos internos, os governos buscam maior inserção no mercado em nível mundial, sendo um processo que envolve

A forte pressão interna e externa exigida pelos capitais, visando o deslanche da reestruturação produtiva, a financeirização ainda maior da economia, a livre circulação dos capitais, a privatização do setor produtivo estatal, a flexibilização da legislação trabalhista, em suma, a pressão para uma nova inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2018, p. 207).

No cenário de busca por “economia livre e Estado forte”, agentes conservadores têm a oportunidade de defenderem que, para o estabelecimento desta ordem, é necessário maior

¹³ Disponível em: [https://pp.nexojornal.com.br/Dados/2021/02/11/A-desigualdade-racial-e-de-g%C3%AAnero-no-mercado-de-trabalho-no-Brasil](https://pp.nexojornal.com.br/Dados/2021/02/11/A-desigualdade-racial-e-de-g%C3%AAAnero-no-mercado-de-trabalho-no-Brasil). Acesso em: 6 set. 2021.

Defesa nacional contra os inimigos externos, da polícia contra os inimigos internos e, de modo mais geral, dos controles sobre a população, sem esquecer o desejo de restauração da autoridade estabelecida, das instituições e dos valores tradicionais, em particular os “familiares” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191).

O que se passa hoje no cenário político do Brasil, aportado por décadas de seguimento das diretrizes dos organismos internacionais e de sucessivas manobras para abafar os danos da crise sistêmica do capital¹⁴, ou justamente aproveitando-se desta, é o que Löwy se refere como neofascistização. Por certo, a ascensão da extrema direita ou do neofascismo ocorre em escala mundial, cuja representação brasileira é de Jair Bolsonaro e seus asseclas (LÖWY, 2020). Trata-se de um movimento com semelhanças ao fascismo clássico de 1930, porém com diferenças necessárias de serem pontuadas, por ser um “autoritarismo violento, moderno, geralmente neoliberal” (Ibidem, p. 14).

Assim, a ofensiva das classes dominantes, configurada com essas formas políticas contemporaneamente readequadas, submetem às classes trabalhadoras à compressão de salários e gastos públicos, à redução de direitos conquistados por serem muito custosos e ao enfraquecimento de mecanismos de solidariedade que não correspondam à lógica assistencial privada do terceiro setor (DARDOT; LAVAL, 2016).

Desde o alastramento do coronavírus, no ano de 2020, em que se perdeu mais de meio milhão de vidas¹⁵, têm-se uma “combinação perversa, mórbida e tóxica [que] nos levou ao lugar que ocupamos hoje na pandemia, [...] tal projeto já encontra um país dilacerado pela crise econômica e social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2021, p. 68). Logo, as consequências desta ordem política aprofundam as expressões da questão social, tais como o desemprego, a fome e a violência, que por sua vez, enquanto objeto de trabalho do Serviço Social, carecem de possibilidades significativas para o seu enfrentamento, visto o desfinanciamento do poder público às políticas sociais que dizem respeito a isto. Como apontam as autoras,

¹⁴ “A chamada *crise sistêmica* [...] não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo *toda a estrutura* da ordem do capital” (NETTO, 2012, p. 415).

¹⁵ Precisamente 679.939 mortes, até então. Disponível: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 7 ago. 2022.

A intensa precarização das relações e condições de trabalho faz emergir um universo de trabalhadores e trabalhadoras (mais de 100 milhões de pessoas ou quase 50% da população) que se viram, da noite para o dia, sem trabalho, sem nenhum tipo de remuneração, sem benefícios assistenciais e sem condições de seguir buscando nas ruas algum tipo de atividade precarizada (as atividades informais) que lhes assegurasse uma forma de rendimento e de sobrevivência (Ibidem, p. 76).

Ainda, é necessário se atentar para a extinção do Programa Bolsa Família (PBF) e consecutiva instituição de um novo programa de transferência de renda, o Programa Auxílio Brasil. Como apontado em nota pública do Conselho Federal de Serviço Social¹⁶, a ação tem ares de política clientelista e eleitoreira, pois foi apresentada como programa de governo e não como política de Estado, sendo justamente implementada em ano eleitoral e, conseqüentemente, motivo para o Ministério da Cidadania ter a maior destinação de verba na Lei Orçamentária Anual em comparação com outras pastas¹⁷. Simultaneamente, recursos do MDS, inclusive de sobras com a extinção do PBF, são direcionados para a compra de tratores¹⁸.

Tal conduta no plano governamental não se trata de novidade, visto que o clientelismo político se desenvolveu a partir da política de troca de favores e proteção por parte de políticos locais – chamada coronelismo – engendrada nos anos 30 do século XX em território latino-americano (GOHN, 2007). Como exposto anteriormente, o que se passa hoje na vida social tem o gosto de fel do passado colonial, da república dos coronéis e do populismo, assim se explica o desenvolvimento da cultura política latino-americana em que é naturalizada a relação de dominação entre os cidadãos e o Estado, esta relação clientelista e paternalista tornou-se, portanto, a norma geral da sociedade, que por sua vez detém a consolidação de espaços livres e democráticos e o aprofundamento de períodos de democratização (Ibidem).

Nesse sentido, ao considerar os movimentos do real em torno da política social, para além do prisma de que estas regulam as relações sociais de maneira a favorecer a acumulação de capital e oferecer bases para legitimação do Estado, ou seja, de que reproduzem a dominação, é fundamental pensá-las como meio de acesso aos recursos sociais para as classes exploradas no modo de produção

¹⁶ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1833>. Acesso em: 13 jun. 2022.

¹⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamentos-anuais/2022/loa>. Acesso em: 13 jun. 2022.

¹⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/governo-bolsonaro-planeja-mais-r-12-bi-para-trator-e-ignora-fila-de-familias-carentes.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2022.

capitalista, pois são reivindicações de seus movimentos sociais no processo de luta por direitos; em outras palavras, “o social torna-se campo de lutas e de manifestação dos espoliados, o que não significa ruptura com o padrão de dominação e clientelismo do Estado brasileiro no trato com a questão social” (YAZBEK, 2009, p. 29-30).

Até aqui foi exposta a exploração das classes trabalhadoras, a ideologia dominante que massacra seus segmentos em diversas maneiras, a política social e econômica que desumaniza e sujeita suas vidas aos caprichos das classes dominantes e as investidas contra os direitos sociais conquistados – assim está composto o prisma acerca da organização das classes dominantes. O seguimento desta análise, portanto, se debruça sobre como, na relação antagônica entre classes, as classes trabalhadoras e populares atuam na perspectiva de seus interesses. É no mar das contradições, pois, que a humanidade faz sua própria história, porém não escolhe as circunstâncias sob a qual ela é feita, sendo estas transmitidas pelo passado (MARX, 2011).

4 PARA HONRAR QUEM LENHA PRA TUA FORNALHA FOI, LENHA PRA TUA FOGUEIRA EU SEREI: RESGATE DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA RELAÇÃO SIMBIÓTICA COM O SERVIÇO SOCIAL

É pertinente vislumbrar que, em resposta à miserabilidade imposta sobre a vida da classe trabalhadora, esta se mobiliza em torno de suas demandas e interesses e, no caso da América Latina, de “necessidades sociais materiais básicas elementares à sobrevivência, direitos sociais básicos elementares” (GOHN, 2007, p. 228). Então, a rebeldia, enquanto uma expressão da questão social, é a propulsora para a organização de trabalhadoras e trabalhadores em movimentos sociais.

Em *O Monge e o Executivo*, El Efecto traz a sentença que nomeia este capítulo para demarcar o enfrentamento aos algozes como maneira de honrar a própria classe, sendo a memória um importante componente da resistência secular da classe das/os oprimidas/os. Com isso, parte-se para o levantamento de alguns pontos com relação ao desenho da luta de classes, categoria chave para a compreensão do desenvolvimento dos movimentos sociais encampados no terreno do modo de produção capitalista, para em seguida discorrer sobre sua construção histórica.

4.1 DETERMINAÇÕES DA LUTA DE CLASSES

*O jogo ainda não virou, mas vai virar
Mundo gira
Tempo dirá [...]
Nós não andamos mais sós
Nós não calamos nossa voz
Nós queremos o mundo pra nós
Brisa Flow, As de Cem.*

“A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 2008, p. 8), assim determinam os expoentes do socialismo científico logo no início do clássico Manifesto do Partido Comunista. A premissa é facilmente confirmada ao retomar os séculos passados, em que os conflitos motivados por interesses inconciliáveis dos grupos sociais hierarquizados

de determinada época – opressores de um lado e oprimidos de outro – dão à luz a profundas transformações nas estruturas que organizam a vida em sociedade (Ibidem). Tratam-se das contradições levadas ao extremo esgotamento e necessidades sociais de produção que não mais são supridas por determinada estrutura econômica-social (NETTO; BRAZ, 2012), crises que ocasionam no declínio de impérios, na derrubada de monarquias e na abolição de escravaturas antes legitimadas.

No entanto, a passagem do modelo feudal ao burguês não extinguiu as contradições de classe, mas impôs novas condições de opressão e novas formas de luta (MARX; ENGELS, 2008), sendo a contradição fundamental o fato de a produção ser socializada, enquanto é privada a apropriação dessa riqueza produzida (NETTO; BRAZ, 2012). No que diz respeito aos segmentos sociais cuja opressão é contornada por seu gênero e raça/etnia, Saffioti (2013) se atenta para o ônus social que pesa sobre eles com a instauração de um novo modo de produção, pois são “estamentos inferiores da antiga ordem que, progressivamente, se vão constituindo como classes sociais subprivilegiadas” (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Nesse sentido, considerando que a produção capitalista se trata também da produção e reprodução de relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006; NETTO; BRAZ, 2012), eis a formulação de Marx (1996) sobre a acumulação capitalista:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. [...] Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (MARX, 1996, I, 2, p. 274).

Reitera-se a interpretação de Netto e Braz (2012) de que esta lei geral da acumulação capitalista é justamente determinante da questão social, a qual consiste nas expressões do processo de formação, desenvolvimento e intervenção política da classe trabalhadora, ao exigir seu reconhecimento como classe frente ao Estado e ao empresariado, representa a manifestação cotidiana da contradição de classes no capitalismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Ainda, nessa configuração o Estado é produto e manifestação dos antagonismos das classes, órgão de dominação da burguesia, que dispõe de braços armados e prisões para o controle e a repressão de revoltas contra a ordem imposta (LENIN, 2007). Outro ponto fundamental é o imperialismo, estágio de desenvolvimento do capitalismo, que tem por características a elevada concentração da produção e do capital – monopólios –, a fusão do capital bancário com o capital industrial – capital financeiro –, a exportação de capitais, a formação de associações monopolistas de capitalistas e a consequente partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas (Idem, 2011), este último aspecto que circunscreve a luta de classes nos territórios do capitalismo dependente.

Na obra citada na epígrafe deste item, Brisa Flow profetiza que este jogo da luta de classes ainda não foi virado para o lado das/os exploradas/os, mas será, na medida em que os processos históricos de transformação ocorrerem e que o individualismo e o silêncio forem quebrados. No caminho do que vem sendo apontado sobre as relações de dependência neste território e do peso das categorias históricas de raça/etnia e gênero para a conformação das relações de dominação e exploração, Gohn (2007) elucida que os movimentos latino-americanos ocorrem em sociedades marcadas por uma herança de relações clientelistas e autoritárias, além de Estados com sistemas judiciários inoperantes e cultura política democrática quase inexistente. Em vista disso, na seção a seguir será sintetizada a formação das mobilizações sociais da classe trabalhadora brasileira, compreendidas como expressões de enfrentamento da questão social nesse território.

4.2 FORMAÇÃO DA RESISTÊNCIA E CONTRAOFENSIVAS DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

*O povo, essa massa que tu olha e não vê cara
Essa força que arrepia
Quando chega na central às seis da tarde
O povo foi forjado no caos
El Efecto, Trovoada.*

O território latino-americano é palco de luta contra a exploração e a opressão, por sobrevivência, liberdade e direitos, desde a colonização. Os povos originários e os povos negros africanos forjaram a história das lutas sociais na América Latina

com sua resistência organizada em quilombos e comunidades tradicionais contra a escravização, protagonizando importantes episódios da formação sócio-histórica, a exemplo: 1) a revolta dos Malês, que ocorreu em Salvador em 1835, contra a escravidão e a imposição do catolicismo; 2) a paralisação das padarias de Santos, em 1876, que possibilitou a fuga de trabalhadores escravizados; 3) e a greve dos jangadeiros de Fortaleza, em 1881, que objetivou deter o tráfico de pessoas escravizadas.

Constituinte dos processos de resistência social durante a escravidão e que perdura após a abolição, destaca-se a cultura dos povos negros africanos – posteriormente dos afro-brasileiros –, desde as suas religiões até a música, a indumentária africana e a cozinha sagrada dos candomblés; no entanto, a dominação cultural acompanhou a dominação social e econômica, com a criminalização das manifestações culturais e das religiões africanas e afro-brasileiras, então, em contrapartida, há de se “criar mecanismos de defesa contra a cultura dominadora” (MOURA, 2020, p. 237), o sincretismo que Clóvis Moura descreve como a camuflagem dos deuses africanos na religião dominadora, mantendo o significado simbólico.

Como expõem Mattos (2009) e Moura (2020), a própria constituição da classe trabalhadora brasileira tem como parte o processo da luta abolicionista – nas palavras de El Efecto, o povo foi forjado no caos –, protagonizado por trabalhadores escravizados e apoiado por trabalhadores livres de diversas categorias, como operários, ferroviários, tipógrafos, entre outros, inclusive imigrantes:

Os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua libertação, demonstrando que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação. E se trabalhadores escravizados e livres compartilharam experiências de trabalho e de vida, além de valores, fizeram-no por meio de uma troca de experiências que incluiu o compartilhamento de modelos e formas associativas, assim como de padrões de mobilização e luta (MATTOS, 2009, p. 21).

Os primeiros registros de greves no Brasil foram feitos nos anos de 1857 e 1858: 1) paralisação de trabalhadores escravizados em um estabelecimento de fundição e estaleiro de Niterói, que exigiam a soltura de três companheiros presos por desobediência, em 1857; 2) paralisação de carregadores urbanos, sendo estes trabalhadores escravizados, contra uma nova legislação em Salvador que os

obrigava a pagar uma taxa e usar uma plaqueta de identificação, também em 1857; 3) e paralisação de tipógrafos dos três jornais de circulação diária no Rio de Janeiro por reajuste salarial, sendo este um setor de trabalhadores livres e assalariados que associou-se e lutou coletivamente, em 1858 (MATTOS, 2009).

No alvorecer do século XX registra-se o surgimento dos primeiros sindicatos dos trabalhadores do porto no Rio de Janeiro, que através de mobilizações e greves passam a conquistar os direitos reivindicados; além disso, revelam-se continuidades em relação ao período da escravidão, a exemplo do sindicato dos trabalhadores em armazéns de café, fundado em 1905, composto quase exclusivamente por trabalhadores negros (Ibidem). Nesse período também há registros de revoltas urbanas violentas no Rio de Janeiro, motivadas por aumento em tarifas públicas e por intervenções do poder público na vida privada, como o levante contra a vacinação obrigatória ocorrido em 1904, o que evidencia os contrastes sociais na capital da República da época – os protestos ocorriam no contexto de higienização social, processo em que, devido a reformas, os setores mais pobres da população eram expulsos do centro da cidade para subúrbios distantes ou para o morro, de maneira que se constituíram as primeiras favelas (Ibidem).

Nos anos seguintes, Astrojildo Pereira (1952) refere que o movimento operário seguiu avançando em sua estruturação, com a realização de congressos e constituição de suas organizações – como a Confederação Operária Brasileira, fruto da forte influência da corrente anarco-sindicalista nas primeiras décadas do século. Ademais, encamparam-se importantes lutas de caráter nacional, como durante a primeira guerra mundial em que se firmou a posição pela paz frente a entrada brasileira no conflito, além da realização de atos de rua motivados pela carestia e a alta do custo de vida; com a vitória soviética em 1917 se intensificam as lutas por melhores condições de trabalho e vida digna, o que ocasiona uma leva de greves até o início da década de 20 (PEREIRA, 1952). Com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922 – que ao longo de sua existência foi inúmeras vezes posto na ilegalidade – e a subsequente publicação do Manifesto Comunista pela primeira vez no país, no ano seguinte, entra na cena política mais uma perspectiva revolucionária em disputa pelo avanço de consciência da classe trabalhadora.

Todavia, a classe dominante orchestra com maestria os instrumentos que tem em mãos – isso é, o aparato policial e ideológico do Estado –, a repressão patronal e

governamental que baixa sobre as organizações políticas de trabalhadoras/es é contundente, atinge as principais lideranças com perseguições e as próprias possibilidades de se travar a luta política, de modo que se impede a generalização das lutas nas massas trabalhadoras e o avanço da consciência de classe em relação à participação política é comprometido (MATTOS, 2009; PEREIRA, 1952). Aliás, o discurso político trabalhista, ao reforçar a ideia do Estado como protetor dos trabalhadores, apresentava a legislação como uma concessão a estes, de maneira a invisibilizar a luta da classe trabalhadora (MATTOS, 2009).

Ao longo de todo o século XX, o movimento de trabalhadoras/es sofreu duros golpes ao passo em que se impõem restrições ao exercício político e à democracia em configurações ditatoriais do Estado brasileiro. Para além dos regimes ditatoriais do Estado Novo e da ditadura burgo-militar, outro exemplo de fragilização democrática é o reconhecimento oficial das organizações sindicais como subterfúgio para a tutela destas, a partir do modelo de sindicato oficial da década de 30, caracterizado por blocos sindicais combativos enquanto processo de fascistização das entidades, devido ao poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções por parte do Estado (Ibidem).

Contudo, como Bertolt Brecht aponta “as revoluções se produzem nos becos sem saída”, mesmo golpeado o povo se levanta e se reorganiza. Justamente após um dos momentos tão tenebrosos da história do país, a ditadura de 1964, evidencia-se essa resistência com os movimentos pela redemocratização, alastram-se as disputas nos campos político, ideológico e social, de maneira que a defesa dos direitos sociais repercute nas mais diversas esferas da sociedade. Entre essas, está a contribuição para a reconceituação do Serviço Social brasileiro, a qual se discorre a seguir.

4.3 IMPACTO DAS LUTAS SOCIAIS NO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

*Abre o sentido da angústia
Ao drama da dor coletiva
Sopro da chama que acende
Em meio à farsa não se rende
Um aviso de incêndio indica uma saída
El Efecto, Incêndios.*

Ao Serviço Social compete o processo de produção e reprodução das relações sociais, pois nele está inscrito o seu objeto de estudo e intervenção – a questão social e suas variadas expressões. Sendo esse processo refletido nas classes sociais em disputa por hegemonia na sociedade (YAZBEK, 2014), infere-se que a organização da classe trabalhadora em torno de seus interesses deve estar no radar das formulações da profissão. Conforme Iamamoto (2006) assinala, o Serviço Social foi concebido como um instrumento para assegurar a reelaboração das bases de sustentação ideológicas e sociais da ordem capitalista, ou seja, buscar o consenso social no sentido da constante renovação desta ordem. Desse modo, a capacidade de influência sobre o cotidiano dos indivíduos se torna possibilidade para reforçar a internalização da ideologia dominante (IAMAMOTO, 2006).

Assim, defrontam-se contradições no cotidiano profissional devido a polarização deste por interesses antagônicos das classes circunscritas no processo de reprodução das relações sociais, de maneira que são reveladas as implicações políticas de suas intervenções – em suma, “o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação” (YAZBEK, 2014, p. 681). Justamente com a percepção da transformação que os caminhos do Serviço Social e dos movimentos sociais se cruzam.

A renovação do Serviço Social no Brasil tem sua maturação por volta dos anos 1960 a 1980 (SANTOS, 2010), sendo atravessada pelos freios da ditadura burgo-militar. Para tal processo, é essencial o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina, impulsionado pela efervescência de lutas sociais, que se baseia na crítica às configurações do capitalismo dependente nos países latino-americanos, aos fundamentos positivistas do Serviço Social norte-americano, à importação de parâmetros profissionais e à prática profissional desvinculada da realidade latino-americana, com a denúncia do Serviço Social tradicional (IAMAMOTO, 2019; VASCONCELOS, 2003).

Nesse sentido, destaca-se a vinculação estudantil ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro, inserida no debate latino-americano, como demonstra o I Congresso Latino Americano de Estudantes de Serviço Social em 1979, ocorrido na Bolívia, em que o tema central foi a renovação na perspectiva de ruptura com o conservadorismo (SANTOS, 2010). Inclusive, os documentos oriundos do encontro

exprimem as formulações de estudantes sobre a formação de um novo profissional de Serviço Social, com consciência da realidade latino-americana de opressão, dependência e atraso, espírito crítico, comprometimento com seu povo e capaz de conduzir as tarefas de transformação social (ALAETS/CELATS, 1979 apud SANTOS, 2010).

Com a ditadura burgo-militar é estabelecida a repressão às entidades estudantis, com a promulgação de lei que proíbe “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (BRASIL, 1964), o que é intensificado com o Ato Institucional nº 5 em 1968, após greves operárias e manifestação estudantil, o qual legitima uma série de cerceamentos aos direitos políticos. Assim, a incipiente organização do Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS) é interrompida, de modo que alguns setores passam a compor organizações de esquerda radicalizadas (VASCONCELOS, 2003), fato que deve ser considerado ao traçar as influências políticas desta geração de assistentes sociais em formação que integram o processo de ruptura com o conservadorismo.

Em vista da redemocratização, a partir de 1978 se reorganizam as bases do MESS, com a realização de encontros nacionais que objetivaram discutir a formação profissional e a realidade social brasileira, processo concomitante ao debate de renovação do Serviço Social e a organização sindical da categoria profissional (Ibidem). Em sintonia com essa conjunção de eventos, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, é marcado pela contestação de estudantes e profissionais à direção política conservadora das entidades da categoria, expressão da associação com os interesses e necessidades de trabalhadoras/es em luta pela democracia, ou seja, aproximação com as lutas, organizações e movimentos sociais que manifestam a defesa de direitos, interesses e projetos societários das classes oprimidas (IAMAMOTO, 2019).

Em paralelo com Incêndios, de El Efecto, que alude a tomada de consciência e a transformação ocasionada por esta: é, pois, com a assimilação da dor coletiva da classe trabalhadora que o sentimento de angústia acende a inquietação no Serviço Social; graças a estudantes e a profissionais que não se renderam às farsas de entidades conservadoras, o processo incendiário de renovação da profissão indica a saída do abismo reacionário.

Como fruto do acúmulo crítico exposto, o atual projeto ético-político¹⁹ que conquistou hegemonia na categoria profissional carrega valores e concepções pautadas nas lutas sociais (SANTOS, 2010), este projeto é explicitado em documentos que orientam o Serviço Social em geral, são eles o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. É a partir das Diretrizes Curriculares que a questão social é destacada como central no projeto de formação profissional, sendo compreendida como elemento constitutivo da relação entre o Serviço Social e a realidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Ainda, ressalta-se os princípios fundamentais à intervenção profissional elencados no Código de Ética, que definem a liberdade, a justiça social, a equidade e a democracia como valores essenciais e formas de viabilização da emancipação humana, valor mais central do documento que remete à construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2012). Em suma, o Código de Ética de 1993 expressa diretrizes que também guiam o presente trabalho.

Na sequência serão realizados apontamentos da sobreposição entre os movimentos feminista e de luta por moradia, apresentando os resultados da análise do repertório de reportagens.

¹⁹ Para aprofundamento em relação ao projeto ético-político, cf. Netto, *A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social* (1999).

5 MÁXIMO RESPEITO A QUEM NÃO SE CALA, SEM MEDO DE VALA: APONTAMENTOS DA SOBREPOSIÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS FEMINISTA E DE LUTA POR MORADIA

Conduzido pelo projeto societário das trabalhadoras e dos trabalhadores ao constituir consciência política e reivindicação por direitos sociais (PEREIRA, 2014), o movimento de luta por moradia tem como espaço principal de atuação as ocupações urbanas e levanta a bandeira da reforma urbana como solução para os conflitos fundiários no Brasil. Boulos (2012) defende o ato de ocupar enquanto um direito e, também, a única alternativa frente às expressões da questão social que, nesse caso, surgem da mercantilização da moradia e da articulação entre o Estado e o capital imobiliário.

Com relação ao movimento feminista, Cisne (2018) pontua que nem todo movimento de mulheres é feminista, pois há uma diferença no conteúdo de suas reivindicações. No entanto, a autora comenta que no Brasil há uma confluência desses movimentos, a exemplo da luta por direito à creche e à saúde e do enfrentamento a violência contra a mulher. A trajetória do movimento feminista é marcada por sua divisão em três vertentes, que se opõem quanto à definição da opressão da mulher e suas estratégias políticas: 1) o feminismo liberal promove valores individuais, é associado ao mercado e objetiva alcançar a igualdade de gênero; 2) o feminismo radical tem como foco primordial de luta o combate ao patriarcado e busca a abolição do gênero; e 3) o feminismo socialista compreende que a libertação das mulheres acontecerá a partir da transformação societária mundial (CISNE, 2018).

De forma a contribuir para o fortalecimento da luta feminista latino-americana, Gonzalez (2020) elenca que as mulheres negras e indígenas têm protagonismo nos movimentos étnicos, visto que historicamente as comunidades escravas e indígenas foram o espaço privilegiado de desenvolvimento de formas político-culturais de sua resistência; ao serem reproduzidas práticas sexistas por seus parceiros dos movimentos, as mulheres se direcionam ao movimento feminista, para encontrar solidariedade. Contudo, a socióloga relata, em seu texto datado de 1988, que as mulheres negras e indígenas se deparam com o racismo candente das brancas, além de sua rebeldia e críticas serem silenciadas e confrontadas. Por isso, a medida

em que as mulheres lutam em duas frentes, contribuem para o avanço dos movimentos étnicos e feminista (GONZALEZ, 2020).

Dessa maneira, o presente capítulo aprofundará sobre a confluência desses movimentos, construídos por quem não se cala, sem medo de vala, como declama Brisa Flow na música *Veias Abertas*, pois são movimentos que sofrem diversas retaliações por parte de forças conservadoras da sociedade. Então, serão apresentadas a literatura que perpassa por questões relativas a estes movimentos e a análise das reportagens selecionadas (quadro 1), embasada pelo referencial percorrido ao longo deste trabalho.

Para retomar o caráter das reportagens, importa que são majoritariamente veiculadas em jornais independentes, sendo um vinculado ao laboratório da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e outro se trata do portal de notícias da SEDUFSM. Todas de caráter regional, publicadas a partir da conjuntura de intensificação no desmonte de políticas sociais, entre 2016 e 2021, sendo uma rememorando os 30 anos de vitória em uma ocupação urbana que foi regularizada através da luta pelo direito à moradia. Cinco das reportagens são de Porto Alegre e região metropolitana, o restante das reportagens contempla o interior, representado pelas cidades de Santa Maria e Passo Fundo. No mais, mulheres são mencionadas enquanto lideranças comunitárias em cinco das oito reportagens, narrativas femininas são o foco das outras três, enquanto a questão étnico-racial é elucidada em metade das reportagens.

Portanto, em primeiro lugar é preciso assimilar o que envolve o problema fundiário no Brasil.

5.1 EXPOSIÇÃO DO PROBLEMA DE MORADIA NO BRASIL

*Nós precisamos de comida, água e luz
Eles conservam a fome, a seca e a escuridão
Nós precisamos lutar contra as diferenças sociais
Eles precisam lucrar cada vez mais
El Efecto, Necesidades Básicas.*

As cidades começaram a se consolidar no Brasil na entrada do século XX, pois o desenvolvimento urbano se conformava de acordo com as necessidades da produção capitalista – ou seja, do desenvolvimento industrial. Como aponta Harvey (2005), a urbanização é ditada pela lógica de circulação e acumulação capitalista que, em reciprocidade, ditam condições e circunstâncias futuras para esta acumulação, ou seja, é produto e condição dos processos sociais em andamento. Sendo permeada por processos de exclusão, evidenciou-se a apropriação desigual da terra – concentração fundiária – e a distribuição desigual da riqueza na organização das cidades, orientada pela segregação sócio-espacial, econômica e cultural, principalmente de trabalhadoras/es pobres e negras/os (FARAGE, 2014; MOURA, 2020).

Hoje, o resultado desse processo é revelado no déficit habitacional²⁰ brasileiro, um dos maiores do mundo, com a falta de cerca de 6 milhões de moradias, enquanto outras 25 milhões são inadequadas²¹. É o que se passa em Porto Alegre e região metropolitana (reportagens 1, 2, 3, 4 e 6), Passo Fundo (reportagem 5) e Santa Maria (reportagens 7 e 8), espaços em que são retratados os conflitos fundiários e as lutas por moradia nas reportagens analisadas. El Efecto demarca na canção Necessidades Básicas que, mesmo com a demanda das classes subalternas por comida, água e luz, os exploradores mantêm situações de fome, seca e escuridão, pois priorizam o lucro acima de vidas – portanto, urge a luta contra as desigualdades.

Com o adensamento populacional nas cidades, os grandes proprietários de terrenos e casas realizaram projetos de reformas urbanas, com o aval do governo, que visavam a higienização social de áreas centrais – com a demolição de cortiços, despejos em favelas e aumento dos aluguéis, os segmentos de trabalhadoras/es pobres passam a se alocar às margens dos centros urbanos, sem qualquer infraestrutura (BOULOS, 2012; FARAGE, 2014). Como apontado nas reportagens 1, 2 e 3, as populações pobres tendem a ser deslocadas para áreas periféricas, longe da infraestrutura. De acordo com as declarações de Alice Martins na reportagem 3, foi o que ocorreu no lugar em que se organizou a Ocupação Baronesa, no centro de

²⁰ O déficit habitacional expressa a deficiência em habitações para atender a todos que delas necessitam, incluindo famílias que não tem casas (quantitativo) e também as que moram em condições inadequadas (qualitativo) (BOULOS, 2012).

²¹ Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/desemprego-e-deficit-habitacional-no-brasil-sao-cronicos-e-urgentes/>. Acesso em: 27 jul. 22.

Porto Alegre, historicamente um território de passagem do povo indígena guarani e também quilombola, que após o processo excludente na década de 50 se deslocam para uma área deserta nos entornos da cidade.

Desse modo, cria-se base para a especulação imobiliária, pois posteriormente o governo constrói estradas, rede de água e energia elétrica para atender as regiões distantes e garantir a reprodução social de trabalhadoras/es, o que valoriza toda a extensão de terrenos vazios em bairros entre os centros e as periferias, que podem ser vendidos a preços mais altos, bem como as propriedades da área central foram gentrificadas – assim ocorre até o tempo presente, especuladores mantêm propriedades desocupadas na espera de um momento em que possam vendê-las por um valor elevado (BOULOS, 2012). Valida-se a assertiva de que a acumulação capitalista é de ocorrência geográfica, pois necessita da expansão geográfica, reorganização espacial e desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2005).

Em outras ocupações da capital do Rio Grande do Sul também há famílias que reivindicam a posse da terra na condição de quilombolas, como indica a reportagem 1 ao mencionar a Ocupação Sete de Setembro e a Ocupação 20 de Novembro. Essa última, mesmo após ter a certificação concedida pela Fundação Palmares de que o território é um remanescente de quilombo, continuou em disputa com uma empresa incorporadora de Porto Alegre, o que salienta esse conflito dos povos marginalizados com especuladores.

A existência de imóveis e terrenos vazios, enquanto milhares de famílias enfrentam subcondições de habitação é incansavelmente denunciada pelos movimentos de luta por moradia, realidade que inclusive é contraditória com a legislação. A Constituição Federal de 1988 prevê que a propriedade deverá atender a sua função social e, desde a emenda 64 de 2010, reconhece a moradia como direito social; ainda, o Estatuto da Cidade de 2001 regulamenta a política urbana, cujas diretrizes gerais incluem que ordenação e controle do uso do solo para evitar a retenção especulativa de imóveis urbanos (FARAGE, 2014; BRASIL, 2001).

Para além da situação de rua, as condições adversas de moradia incluem a falta de saneamento básico, água encanada, luz elétrica e coleta de lixo (BOULOS, 2012), questões que são expressadas de variadas formas em todas as reportagens analisadas; bem como morar em locais de difícil acesso, distante de serviços de saúde, assistência, educação e transporte público, citadas nas reportagens 2, 3, 6 e 7. Trata-se da falta de infraestrutura e serviços básicos que definem todo o restante

do contexto da vida de famílias que vivem nessa situação, influenciando inclusive nas condições de trabalho e lazer. Além disso, consideram-se famílias em situação de coabitação, que moram de favor com outros familiares, e famílias com ônus excessivo de aluguel (BOULOS, 2012).

Quando ao povo são impostas restrições de viver dignamente, como ao ser necessário realizar a escolha entre pagar aluguel ou alimentar seus filhos, estratégias de sobrevivência se transformam em luta, conforme relatam as e os ocupantes nas reportagens 3, 5 e 8. Erguem-se os barracos e constroem-se lares em terrenos e construções ociosos, que não cumprem com sua função social, também são tecidas relações de identificação e laços comunitários entre quem enfrenta os mesmos reveses da questão habitacional. Nesse contexto, a presença e a liderança de mulheres na organização da luta por moradia se sobressai, o que demanda atenção às particularidades dos contornos sociais que revestem esse processo, como será tratado no próximo item.

5.2 PROTAGONISMO FEMININO NO MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA

*Respeita essa mama
No corre de descolar a janta [...]
Um salve pras mães maloqueiras de quebra
Que sobem ladeira todo dia com alegria
Que nada tire o nosso sorrir
Brisa Flow, Dias e Noites de Amor e Guerra.*

Se o que leva as pessoas, no geral, às ocupações são as necessidades sociais, os fatores de gênero e raça/etnia complexificam ainda mais suas motivações. Isso é indicado nas reportagens 3 e 7, quando as entrevistadas Alice Martins e Suelen Aires Gonçalves afirmam que a formação das ocupações tem, nitidamente, cara feminina e cor negra – portanto, as famílias ocupantes são majoritariamente constituídas por mães, chefes de suas famílias, que necessitam de um local para viver com seus filhos.

A responsabilização social das mulheres – principalmente negras e indígenas, devido às heranças da colonização e escravatura – pelo trabalho doméstico e de cuidados, característica da divisão sexual e étnico-racial do trabalho e que configura o trabalho reprodutivo não-remunerado (SAFFIOTI, 2013; CISNE, 2018;

GONZALEZ, 2020), determina a relevância das condições de moradia para a execução desses trabalhos. A moradia, portanto, “reveste-se como um bem de primeira necessidade para as mulheres em geral” (SOUZA, 2013, p. 98).

Devido às opressões estruturadas por relações patriarcais e racistas no capitalismo, os corpos de mulheres, sobretudo negras e indígenas, estão mais sujeitos às violações dos direitos à privacidade, à liberdade de ir e vir, à educação, à intimidade, à integridade física e à vida, principalmente quando a realidade é a de “falta de moradia adequada, já que os maiores agressores e violadores dos direitos das mulheres ainda são seus pais, irmãos, maridos e companheiros que coabitam no mesmo local” (VELOSO, 2017, p. 37). A Ocupação Mirabal, em Porto Alegre, atesta justamente essa questão, como mostrado nas reportagens 2 e 4, por ser voltada para o acolhimento de vítimas de violência doméstica.

Além do mais, o segmento de mulheres superexploradas, submetido às desigualdades de gênero e raça/etnia quando adentram o mercado de trabalho, defronta-se com a dupla jornada de trabalho – acumulação de responsabilidades no espaço público e privado –, bem como com a desvalorização de seu trabalho – baixíssima remuneração e preferência na contratação de homens (PINHEIRO, 2017; SAFFIOTI, 2013; GONZALEZ, 2020). Então, as mulheres têm menos oportunidades de acesso e controle sobre os recursos produtivos como terra, capital, trabalho e tecnologia, substanciais à produção da habitação (PINHEIRO, 2017).

Com isso, compreende-se que os 48,1% dos domicílios brasileiros que são chefiados por mulheres²² estão mais propensos a situações de vulnerabilidade social. É exatamente o que revelam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) de 2018 sintetizados por Vieceli (2020): 1) da população extremamente pobre, os lares chefiados por pretas ou pardas concentram 23,7%, enquanto os chefiados por brancas 13,9%; 2) da população pobre, aqueles chefiados por pretas ou pardas agregam 63%, ao passo que os domicílios chefiados por brancas 39,6%. São essas mulheres que, pela precariedade da infraestrutura e de acesso a serviços nas localidades em que residem, têm seu cotidiano atravessado por maiores dificuldades, inclusive na realização do trabalho doméstico (SOUZA, 2013).

²² De acordo com a PNAD-C/IBGE em 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6788>. Acesso em: 30 jul. 2022.

Tendo em vista o exposto, constatam-se as muitas circunstâncias de envolvimento das mulheres na luta por direito à moradia, que abrangem desde dificuldades financeiras para quitar os custos referentes à habitação, preocupação com a segurança familiar, desejo de acesso à infraestrutura urbana até a necessidade de saída ou expulsão de ambiente violento (VELOSO, 2017).

Em todas as reportagens selecionadas, evidencia-se não só a presença de mulheres, como o papel de liderança que assumem na luta por moradia, ao serem responsáveis por organizar os movimentos e articular projetos e atividades nas ocupações. Entre as oito reportagens, ao todo quatorze lideranças comunitárias foram entrevistadas, sendo dessas dez mulheres; as reportagens 2 e 4 narram uma ocupação exclusiva para mulheres, voltada para o acolhimento de vítimas de violência doméstica; ainda, a reportagem 6 aborda iniciativa de cooperativa constituída unicamente por mulheres.

De acordo com Veloso (2017), esse protagonismo tem destaque em âmbito nacional como um todo e influência nas conquistas referentes à política habitacional, sendo determinante para isso, além das condições precárias de moradia, a urgência em romper os limites do espaço doméstico para ocupar o espaço público. Por conseguinte, é válido destrinchar os elementos reportados que perpassam pela ação das mulheres.

Diferenciam-se as formas de organização das ocupações, de acordo com a configuração de seus ocupantes, espaço, afiliações políticas, necessidades e outras especificidades. Na reportagem 1, a líder Jussara Vaz dos Santos pontua que a organização da Ocupação Lanceiros Negros, em Porto Alegre, é no sentido da não criminalização do movimento, por isso a proibição do uso de álcool e outras drogas nas dependências do prédio ocupado e o controle para entrada e saída do prédio; além disso, a logística para a alocação é de famílias com crianças nos dois primeiros andares do prédio, enquanto casais sem filhos e solteiros ficam no terceiro andar.

Já na reportagem 4, assinala-se que a organização da Ocupação Mirabal envolve a divisão de tarefas no cuidado com as crianças, para que as mães que não conseguiram vagas em creches possam trabalhar, bem como espaços de formação com psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros para qualificar o acolhimento das mulheres vítimas de violência. Na reportagem 5, a líder Teresa Duarte, da Ocupação Pinheirinho em Passo Fundo, ressalta que é imprescindível unir os moradores das

ocupações em torno da luta pelo direito à moradia, sendo necessário concretizar a organização política em si.

Dessas organizações, decorrem a estruturação de espaços de debates, formação e informação de direitos, fundamentais para o desenvolvimento da autonomia de mulheres que tiveram seus direitos destituídos e para o processo de emancipação, há menção de espaços assim nas reportagens 2, 4, 6 e 8. Por sua vez, a articulação de associações, projetos e atividades dentro das ocupações fortalecem o protagonismo feminino, estes só não são identificados na reportagem 5.

Exemplos desses projetos são as cooperativas, que visam a geração de renda e incentivam a autonomia financeira das mulheres, como no caso da Ocupação Baronesa e Ocupação Steigleder – em São Leopoldo –, respectivamente reportagens 3 e 6. A ideia de iniciativas como horta comunitária e cozinha coletiva da Ocupação Vila Resistência, em Santa Maria, citadas na reportagem 8, incentivam a divisão coletiva de tarefas, que possibilita o rompimento com a atribuição de tarefas domésticas às mulheres.

Todos esses itens, que aparecem em maior ou menor grau nas ocupações retratadas, direcionam para a formação de vínculos comunitários e o fortalecimento político dos sujeitos, como evidencia a Ocupação Baronesa, na reportagem 3, com a menção de que o desejo das mulheres ocupantes era manter a união da comunidade formada. É explicitada, portanto, a formação de uma consciência feminista à medida em que mulheres têm protagonismo na direção dos movimentos de luta por moradia, um processo que não deve ser deixado à deriva e sim intencionalmente construído e intensificado, de acordo com as necessidades de superação da ordem patriarcal e racista.

Portanto, reiteram-se as palavras de Brisa Flow em Dias e Noites de Amor e Guerra, em saudação às mães que ocupam os centros e as margens urbanas, que batalham pela alimentação de seus filhos, no desejo de que sejam respeitadas e tenham tranquilidade para sorrir. Pois, como será exposto no item a seguir, entre as muitas violências que atravessam o seu cotidiano, estão a falta de acesso aos direitos sociais e a repressão em processos de reintegração de posse das áreas ocupadas.

5.3 INACESSIBILIDADE AOS DIREITOS SOCIAIS E REPRESSÃO

*Ao ter que ver balas cruzando fronteiras
Limitando territórios
Tirando mais um da ceia, dando espaço para velórios
Enquanto nos escritórios do Planalto Central
Sai a ordem do sistema para usar força brutal
Brisa Flow, Ilegais.*

No mesmo contexto de cortes em investimentos sociais e retrocesso em políticas habitacionais, denunciado nas reportagens 1, 2, 3 e 5, as famílias de ocupações urbanas são submetidas à desocupação de suas casas e realocação em outras áreas, o que ocasiona a quebra de vínculos comunitários e até mesmo afastamento de familiares, além da incerteza para onde ir. Muitas vezes as reintegrações de posse ocorrem em razão de interesses do capital imobiliário, que promove o processo de gentrificação nas cidades, apontado nessas mesmas reportagens citadas. O anseio com as ameaças de reintegrações é presente na maioria das reportagens selecionadas, com exceção da reportagem 6.

Esses cortes e retrocessos nas políticas sociais são típicos do momento de acirramento do neoliberalismo, que domina as entranhas do Estado ao se imporem valores, práticas e funcionamento da empresa privada à ação pública, o que visa reduzir os custos e acaba por descaracterizar os direitos sociais (DARDOT; LAVAL, 2016). Este é o panorama em que se encontra o Estado brasileiro desde 2016, que se intensifica com o governo Bolsonaro, pois, como expõe Löwy (2020), o programa econômico ultraliberal deste governo amplifica privatizações e concessões ao mercado, além do alinhamento total com o imperialismo norte-americano, o que garantiu a Bolsonaro o apoio das forças do capital financeiro e industrial, bem como do agronegócio. Em outras palavras,

A política que ainda hoje é chamada de “social” [...] consiste em enfraquecer o poder de negociação dos sindicatos, degradar o direito trabalhista, baixar o custo do trabalho, diminuir o valor das aposentadorias e a qualidade da proteção social em nome da “adequação à globalização” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 283-284).

Frente aos conflitos fundiários, a forma como o poder público opera é caracterizada como ineficiente na maioria das reportagens analisadas, com exceção da reportagem 7, em que a regulação fundiária foi concretizada e resultou no bairro Nova Santa Marta em Santa Maria. Na reportagem 5, é acusado que a prefeitura

apenas tolera as ocupações como maneira de não se responsabilizar por uma política habitacional no município. Nas reportagens 2 e 3 é mencionado a disposição do aluguel social para as famílias que sofrem reintegração de posse, porém se protesta que este é um benefício de passagem cujo encaminhamento não é garantido, tem o valor irrisório de R\$ 500,00 para cobrir água, luz e aluguel, além de que por vezes os locatários não aceitam devido aos demorados trâmites burocráticos.

As remoções forçadas, em que são comuns ações truculentas e agressivas por parte da Brigada Militar, são referidos nas reportagens 1, 2, 3 e 5 – inclusive, na reportagem 5 é relatado que os processos de reintegração são traumáticos, pois ocorrem demolições das habitações e perda de pertences das famílias. Não é incomum também as tentativas de intimidação às ocupações, como relatado nas reportagens 1 e 4, em que viaturas percorrem às voltas das ocupações insistentemente.

No que diz respeito à violência física²³, na reportagem 2 é denunciado que as reintegrações nas ocupações Lanceiros Negros e Aldeia Zumbi dos Palmares, em Porto Alegre, ocorreram com o uso de cassetetes, gás lacrimogênico e spray de pimenta, na intenção de agredir fisicamente os ocupantes. Ainda que não seja novidade tal modo de operação das forças policiais, é importante mencionar que a ideologia repressiva e o culto da violência policial são temas de agitação reacionária reforçados pelo atual governo (LÖWY, 2020). Como Brisa Flow sugere em *Ilegais*, a ordem para o uso da força brutal é dada justamente nos gabinetes dos governantes, mesmo que não diretamente.

Quando a moradia passa a ser ameaçada dessa forma, as mulheres são as que mais sofrem, “já que perder o lar significa também perder o ambiente de criação dos filhos e seu ambiente de sobrevivência” (SOUZA, 2013, p. 98). Os despejos forçados refletem justamente a soma de desigualdades sociais que estão estruturadas na sociedade e que definem a organização segregatória das cidades, pois determinam os espaços que cada um pode ocupar – para as mulheres, vivenciar as remoções de suas moradias é uma sobrecarga de preocupações e

²³ A agressão física é o mais óbvio dos atos violentos. Ademais, de maneira geral, a violência pode ser conceituada como uma forma de privação, pois todo ato de violência despoja de algo, seja da vida ou de direitos como seres humanos e cidadãos; impede fundamentalmente a realização enquanto seres humanos (ODALIA, 2017).

responsabilidades, que se somam às violências patriarcais cotidianas (PINHEIRO, 2017).

À vista disso, estas intenções de higienização social nas cidades – chamadas de “revitalização” – ou de lucro com a especulação imobiliária em áreas valorizadas, que terminam em reintegrações de posse, podem ser sintetizadas como a violação do direito de viver, como a liderança da Ocupação Baronesa define na reportagem 3, principalmente porque não são garantidas políticas habitacionais em retorno a essas famílias, enquanto suas construções de lares, vínculos e futuro são violentamente rompidas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em coesão à compreensão teórica exposta neste estudo, entende-se que urge que a superexploração das trabalhadoras latino-americanas seja pauta central do movimento feminista, em contrário às tendências e perspectivas teóricas que não realizam distinções no interior da categoria mulher, pois a luta pela libertação das mulheres somente adquire sentido na luta contra o sistema capitalista (BAMBIRRA, s/d). Para isso, é imprescindível compreender que as opressões de classe, raça/etnia e gênero são enoveladas e, em períodos de crise econômica e ascensão do conservadorismo, são os segmentos de mulheres negras e pobres os mais ameaçados pela destituição de direitos sociais.

A respeito do problema de moradia no Brasil, fundamentalmente relacionado com a acumulação capitalista e a intencional segregação sócio-espacial, levanta-se a evidente necessidade de materializar cidades que possibilitem o exercício da cidadania e acesso aos direitos sociais mais básicos. Para tal, reforça-se que transformações em nível macroestrutural necessitam ser postas com veemência no eixo das políticas sociais, na coerência de pautar a reforma urbana em debates e formulações públicas ao compreender que a garantia do direito à moradia é imprescindível para o pleno desenvolvimento dos seres sociais.

No que concerne o entrelaçamento dos movimentos feminista e de luta por moradia, foi assimilado que o protagonismo de mulheres é muito bem demarcado na luta por moradia. Desse modo, é potencializado o alastramento de uma consciência feminista nessas organizações, conforme são promovidos espaços de debate, formação e informação sobre direitos, que incentivam o exercício da cidadania e a autonomia das mulheres. Além disso, também são importantes para tal elevação de consciência as ações concretas, que visam intervir na sobrecarga das mulheres com tarefas domésticas e de cuidado socialmente impostas a elas, bem como projetos de geração de renda que auxiliem em sua independência financeira.

Ao Serviço Social compete se atentar para as importantes movimentações da classe trabalhadora que concebem novas configurações de sociabilidade, viesadas na luta contra as desigualdades sociais, bem como contribuir para os movimentos sociais no processo de rompimento com as expressões patriarcais e racistas no interior de suas organizações, pois estas não estão à parte das estruturas de exploração e dominação do capital. Certamente em parceria com

esses movimentos, a partir de diálogo sobre suas demandas e projeções, podem surgir a elaboração de políticas e projetos relevantes no sentido do combate ao acesso desigual a serviços e direitos.

Reiteram-se a relevância da arte com comprometimento pela justiça social e jornalismo crítico, o compromisso ético político e o trabalho transversal entre diferentes atores para o avanço de causas sociais. No mais, a assertiva de que “a raiz destes fenômenos é sistêmica, portanto, a alternativa tem de ser radical, isto é, antissistêmica” (LÖWY, 2020), em referência ao conjunto de fatores histórico-estruturais apresentados ao longo do texto, põe luz sobre o caminho a ser seguido pelos movimentos sociais e populares.

Afinal, a ascendente consciência feminista forjada através do protagonismo de mulheres nas lutas populares é um campo vasto não somente para ser estudado, como para compor centralmente a agenda do dia, de maneira a direcionar debates e apoio públicos. Remanesce incansavelmente aproximar-se do que é real e, não obstante, intervir para a construção da realidade que se necessita, aquela sem opressões de classe, gênero, raça/etnia e qualquer outra ordem, até que a última das sem-teto tenha moradia, que o último dos famintos tenha alimento, que a última das despossuídas seja restituída por seus anos de trabalho e em diante, até que sejamos livres.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Iara de. Desemprego e déficit habitacional no Brasil são crônicos e urgentes. **Observatório do Terceiro Setor**, 2022. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/desemprego-e-deficit-habitacional-no-brasil-sao-chronicos-e-urgentes/>. Acesso em: 27 jul. 22.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. Boitempo: São Paulo, 2018.

APPELT, Chaiane. “A gente só quer um lugar pra morar”. **Gritos do Silêncio**, Santa Maria, 5 mai. 2017. Disponível em: <https://gritosdosilencio.medium.com/a-gente-s%C3%B3-quer-um-lugar-pra-morar-e9f1b6a64f7b>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BAMBIRRA, Vânia. **A propósito del “Año Internacional de la Mujer”**. s/d (mimeo)

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Insular: Florianópolis, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. Cortez: São Paulo, 2011.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?**: uma introdução à luta dos sem-teto. Scortecci: São Paulo, 2012.

BRASIL. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, p. 10169. 11 nov. 1964. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Economia. Lei Orçamentária Anual. **Gov.br**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2022/loa>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Como elaborar um projeto de pesquisa. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 15, n. 28, p. 1-4, 2017.

CHAVES, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 25, n. 4, p. 51-71, 2021.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2. ed. Cortez: São Paulo, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (Org.). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Nota pública do CFESS sobre o anúncio do 'Auxílio Brasil', programa de transferência de renda do governo federal. **CFESS**, 2021. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1833>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CORONAVÍRUS BRASIL. Disponível: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 7 ago. 2022.

CRUZ, Luana. Existir é Resistir: Dois anos de Ocupação Mirabal. **Humanista**, Porto Alegre, 13 dez. 2018. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/humanista/2018/12/13/sextante-existir-e-resistir-dois-anos-de-ocupacao-mirabal/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo: São Paulo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. Boitempo: São Paulo, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014, p. 177-194.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014, p. 245-262.

FERREIRA, Marcelo. A vida entre sonho e o despejo nas ocupações urbanas. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 4 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/04/a-vida-entre-sonho-e-o-despejo-nas-ocupacoes-urbanas>. Acesso em: 13 jul. 2022.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo; PINTO, Luiz Antonio Gomes. Usos da micro-história na historiografia dos movimentos sociais na/da educação brasileira. **Revista Ágora**, Vitória, n. 18, p. 95-112, 2013.

GALVÃO, Patrícia (Pagu). **Parque Industrial**. 3. ed. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1994.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6. ed. Edições Loyola: São Paulo, 2007.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes; DOS SANTOS, Marli; RENÓ, Denis Porto. Reportagem: o gênero sob medida para o jornalismo contemporâneo. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 130, p. 223-242, dez. 2015/mar. 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1. ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2020.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1. ed. Annablume: São Paulo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. Cortez: São Paulo, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **IBGE**, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6788>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ILHA, Flávio. Déficit de moradias na Capital atinge quase meio milhão. **Extra Classe**, Porto Alegre, 15 fev. 2016. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2016/02/deficit-de-moradias-na-capital-atinge-quase-meio-milhao/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5. ed. Ática: São Paulo, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. Atlas: São Paulo, 2003.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. 1. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. 1. ed. FE/Unicamp: Campinas, 2011.

LÖWY, Michael. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. *In*: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (Orgs.). **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador. Sertão Cult: Sobral, 2020.

MARCHESAN, Ricardo. Indígenas tiveram maior queda no emprego e renda na pandemia, diz FGV. **Uol**, 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/10/14/pandemia-indigenas-mercado-trabalho.htm>. Acesso em: 6 set. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Vozes: Petrópolis, 2000.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo**. 3. ed. O Estado de São Paulo: São Paulo, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Boitempo: São Paulo, 2007.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. 1. ed. Boitempo: São Paulo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, t. 1 e 2. Abril Cultural: São Paulo, col. "Os Economistas", 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Vozes: Petrópolis, 1994.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3. ed. Anita Garibaldi: São Paulo, 2020.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. Cortez: São Paulo, 2012.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. *In*: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 667-700.

NUNES, Fritz. Memórias da ocupação que resultou no bairro Nova Santa Marta. **SEDUFMS**, Santa Maria, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://www.sedufsm.org.br/noticia/7003-memorias-da-ocupacao-que-resultou-no-bairro-nova-santa-marta>. Acesso em: 13 jul. 2022.

NUZZI, Vitor. Desigualdade cresce no Brasil, e rendimento mensal é o menor em 10 anos. **Rede Brasil Atual**, 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2022/06/desigualdade-cresce-rendimento-cai/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 1. ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Kelly. Economia segue em recuperação com crescimento robusto, diz secretaria. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/economia-segue-em-recuperacao-com-crescimento-robusto-diz-secretaria>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PAIVA, Beatriz Augusto de; CARRARO, Dilceane; SEK, Teresa Cristina Mitsuo. **Estado e capitalismo dependente**: notas sobre sua processualidade. *In*: Encontro

Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16, 2018, Vitória. *Anais...* ABEPSS: Brasília, 2018.

PAIVA, Beatriz Augusto de; CARRARO, Dilceane; TELES, Heloísa; SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Estado no capitalismo dependente**: esboço de uma cartografia categorial desde a teoria marxista da dependência. *In*: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 3, 2019, Florianópolis. *Anais...* UFSC: Florianópolis, 2019.

PEREIRA, Astrojildo. Lutas operárias que antecederam a fundação do Partido Comunista do Brasil. **Problemas – Revista mensal de cultura política**, n. 39, mar./abr. 1952.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Movimentos urbanos: lutas e desafios contemporâneos. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. Cortez: São Paulo, 2014, p. 119-135.

PINHEIRO, Valéria. O peso da vida urbana sobre os ombros das mulheres e a dimensão dos despejos forçados. *In*: IBDU (Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico). **Direito à Cidade**: uma visão por gênero. IBDU: São Paulo, 2017, p. 44-46.

POTIGUARA, Eliane. Situação das mulheres indígenas no Brasil. **Iberoamérica Social – Revista-red de estudios sociales**, Sevilla, v. 6, n. 11, p. 19-21, 2018.

PRATES, Jane Cruz. A produção de uma nova cultura a partir da pesquisa e da arte: contribuições do referencial marxiano. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 214-220, jul./dez. 2014.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

QUEM são os brasileiros no ranking dos bilionários do mundo 2021. **Forbes**, 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/quem-sao-os-brasileiros-no-ranking-dos-bilionarios-do-mundo-2021/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN: São Paulo, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

REINHOLZ, Fabiana. “A Ocupação Baronesa resiste e a chama não vai se apagar”, diz Alice. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2019/07/29/a-ocupacao-baronesa-resiste-e-a-chama-nao-vai-se-apagar-diz-alice>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ROSSI, Marina. A misoginia do Governo Bolsonaro vai parar na justiça. **El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/a-misoginia-do-governo-bolsonaro-vai-parar-na-justica.html>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SALDAÑA, Paulo; MACHADO, Renato. Governo quer mais R\$ 1,2 bi para trator e ignora fila de famílias carentes. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/governo-bolsonaro-planeja-mais-r-12-bi-para-trator-e-ignora-fila-de-familias-carentes.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SANTOS, Tiago Barbosa. **Eu vou à luta com essa juventude**: contribuição acerca do Movimento Estudantil em Serviço Social e o processo de formação profissional. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 12, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* ABEPSS: Brasília, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2004.

SOF; GÊNERO E NÚMERO. **Sem Parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Mulheres na Pandemia, 2020. Disponível em: http://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

SOUZA, Amanda Paulista de. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Revista Humanidades em Diálogo**, São Paulo, v. 5, p. 93-108, 2013.

TIDRA, Caroline. Na produção de pães, grupo de mulheres de ocupação de São Leopoldo encontra apoio e renda. **Gaúcha Zero Hora**, Porto Alegre, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/03/na-producao-de-paes-grupo-de-mulheres-de-ocupacao-de-sao-leopoldo-encontra-apoio-e-renda-ckltw0nh30000166vijvdh7k.html>. Acesso em: 13 jul. 2022.

VASCONCELOS, Ailton Marques de. **A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978 – 2002**: e a sua relação com o projeto de Formação Profissional. Orientadora: Dra. Maria Rosângela Batistoni. 2003. 199 f. TCC – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

VELOSO, Luiza Lins. O papel das mulheres na luta pelo direito à moradia. *In*: IBDU (Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico). **Direito à Cidade**: uma visão por gênero. IBDU: São Paulo, 2017, p. 37-40.

VIECELI, Cristina Pereira. Mulheres chefes de família e a vulnerabilidade à pobreza. **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino**, 2020. Disponível em:

<https://contee.org.br/mulheres-chefes-de-familia-e-a-vulnerabilidade-a-pobreza/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.

WEISSHEIMER, Marco. Com mais de 50 ocupações, Passo Fundo vive um dos maiores conflitos fundiários urbanos do RS. **Sul21**, Porto Alegre, 2 jul. 2017.

Disponível em:

https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2017/07/com-mais-de-50-ocupacoes-passo-fundo-vive-um-dos-maiores-conflitos-fundiarios-urbanos-do-rs/. Acesso em: 13 jul. 2022.

ZANLORENSSI, Gabriel; GOMES, Lucas. A desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil. **Nexo**, 2021. Disponível em:

<https://pp.nexojornal.com.br/Dados/2021/02/11/A-desigualdade-racial-e-de-g%C3%AAAnero-no-mercado-de-trabalho-no-Brasil>. Acesso em: 6 set. 2021.